

2020

Relatório de Gestão  
Instituto de Terras do  
Pará

Dezembro/2020



**HELDER ZALUTH BARBALHO**  
Governador do Estado

**LÚCIO DUTRA VALE**  
Vice-Governador

**HUGO YUTAKA SUENAGA**  
Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

**BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS**  
Presidente

**FLAVIO RICARDO ALBUQUERQUE AZEVEDO**  
Assessor Chefe

**GRAÇA MARTINS CAVADA**  
Chefe de Gabinete

**JOÃO DE PAIVA GOUVEIA NETO**  
Diretor Jurídico

**SANDRA ROSEMARY PEREIRA DE SOUZA NERY**  
Diretora de Administração e Finanças

**MARICELI NASCIMENTO MOURA FLEXA**  
Diretora de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário

**POTYGUARA PRAZERES DE OLIVEIRA FERREIRA**  
Resp. pelo Núcleo de Tecnologia da Informação.

**INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2020**

**Belém-PA**  
**Janeiro / 2021**

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	6
<b>2. A INSTITUIÇÃO</b> .....	6
<b>3. MISSÃO</b> .....	7
<b>4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA</b> .....	8
<b>5. INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>6. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE 2020</b> .....	10
6.1. PROGRAMA: MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	10
6.2. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO .....	24
6.3. PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA.....	25
<b>7. SISTEMA DE CADASTRO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARÁ - SICARF</b> .....	26
<b>8. NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b> .....	30
8.1. Tecnologia, Infraestrutura e Recursos. Humanos .....	30
8.2. Implementação de Infraestrutura de redes.....	31
8.3. Implementação de Infraestrutura de Vigilância e Segurança Digital .....	32
8.4. Implementação de Infraestrutura de Comunicação.....	32
8.5. Incentivo e Participação no Processo de Desenvolvimento Evolutivo no Sistema SICARF .....	33
8.6. Suporte ao Usuário .....	33
8.7. Do planejamento e melhorias da Infraestrutura.....	33
<b>9. OUVIDORIA AGRÁRIA</b> .....	34
9.1. Materiais e métodos: .....	35
9.2. Resultados Alcançados.....	46
9.3. Catalogação de Conflitos Fundiários.....	50
9.4. Conclusões.....	51

<b>10. ALINHAMENTO DAS REALIZAÇÕES COM AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)</b> .....	52
<b>11. AVALIAÇÃO DOS COMPROMISSOS REGIONAIS</b> .....	58
<b>12. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO, NO ANO DE 2020</b> .....	63
12.1. Programa: Governança Pública .....	65
12.2. Programa: Manutenção da Gestão .....	66
12.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial.....	67
<b>13. AVALIAÇÃO DAS METAS FÍSICAS DAS AÇÕES EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO, NO ANO DE 2020.</b> .....	67
13.1. Programa: Governança Pública .....	67
13.2. Programa: Manutenção da Gestão .....	68
13.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial.....	70
<b>14. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO COMBATE E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19</b> .....	71

## 1. APRESENTAÇÃO

O Instituto de Terras do Pará - ITERPA, apresenta as principais realizações desenvolvidas no ano de 2020. Sua estrutura institucional, organizada em três diretorias, além da Assessoria da Presidência, Núcleo de Tecnologia da Informação, Ouvidoria, Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários e Comissão Permanente de Análise de Documentos, refletem as ações estratégicas de responsabilidade do Iterpa que estão alinhadas com as metas governamentais que, por sua vez, foram pactuadas no Plano Plurianual 2020-2023.

Este relatório de Gestão contém informações sobre a execução dos programas e das ações realizadas pelo Iterpa constantes no PPA que, ao mesmo tempo, relacionam-se com os objetivos estratégicos e compromissos regionais do governo. Além de registrar os resultados, que evidencia os impactos e atuação nos municípios e regiões de integração.

Estes resultados visam demonstrar os reflexos diretos e indiretos à sociedade, e sua influência nos indicadores, especialmente nos que expressam o ordenamento territorial do Estado, uma vez que o seu foco de atuação gera benefícios, sobretudo, nas atividades de pequenas propriedades rurais e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

## 2. A INSTITUIÇÃO

O Instituto de Terras do Estado do Pará - **ITERPA** foi criado em 08 de outubro de 1975, por meio da Lei nº 4.584, como uma autarquia estadual, com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, com a responsabilidade pela execução da política agrária do Pará. A nova autarquia substituiu a Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura do Estado, estrutura vigente à época, e que além de simbolizar um importante marco institucional na história da gestão pública estadual do território paraense, sua

missão principal era a de “ser executor da política agrária do Estado em tudo quanto se referir às suas terras públicas e devolutas”.

A missão institucional e demais atribuições do Instituto estão definidas na Lei nº 4.584, de 08.10.1975, os cargos de provimento efetivo e em comissão e respectivas atribuições e requisitos de preenchimento na Lei nº 6.834, de 13.02.2006, assim como a regulamentação geral por meio do Decreto nº 063, de 14.03.2007.

### **3. MISSÃO**

Executar a política do Estado do Pará em tudo quanto se referir às suas terras públicas, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I- Representar o Estado, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, nos estudos, órgãos, atos, processos e convênios que visarem a:

- a) precisar, retificar, aviventar e demarcar os limites estaduais ou municipais;
- b) definir as áreas dominiais que, dentro do território do Estado, constituam patrimônio dele ou quaisquer outras entidades de direito público;
- c) extremar o domínio público do particular;
- d) regularizar, obter, reduzir, aumentar, ou cancelar a posse ou a propriedade pública ou privada das terras que sejam, tenham sido ou venham a ser consideradas devolutas;
- e) introduzir quaisquer modificações no sistema legal relativo aos problemas fundiários, bem assim na estrutura e funcionamento das entidades e serviços com eles relacionados;

II- Administrar as terras devolutas do Estado, preservando-as contra invasões, e danificações de qualquer natureza e recuperando aquelas que indevidamente não se encontrarem na sua posse ou domínio;

III- Manter um serviço atualizado de cartografia e mapoteca do território estadual;

IV- Organizar o cadastro rural do Estado, eliminando ou prevenindo os problemas de localização, superposição e excesso de áreas que sejam ou tenham sido devolutas;

V- Fixar quais áreas que podem ser alienadas quer em regime de licitação, quer em regime de requerimento, bem assim aquelas que devam ser reservadas para algum fim especial ou excluídas de alienação, quando esta não convier aos interesses do Estado;

VI- Transferir a propriedade do solo como meio de promover o desenvolvimento agrário, conciliando o interesse público e a justiça social com o estímulo devido aos investimentos idôneos;

VII- Respeitar as posses legítimas, oferecendo aos seus ocupantes todas as oportunidades para exercerem o direito que lhes assegura a Constituição do País;

VIII- Combater a especulação agrária e a depredação florestal;

IX- Aferir a medição, localização, documentação e aproveitamento econômico das áreas objeto de alienação, prevenindo litígios e conferindo à titulação clareza, exatidão e segurança.

#### **4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**

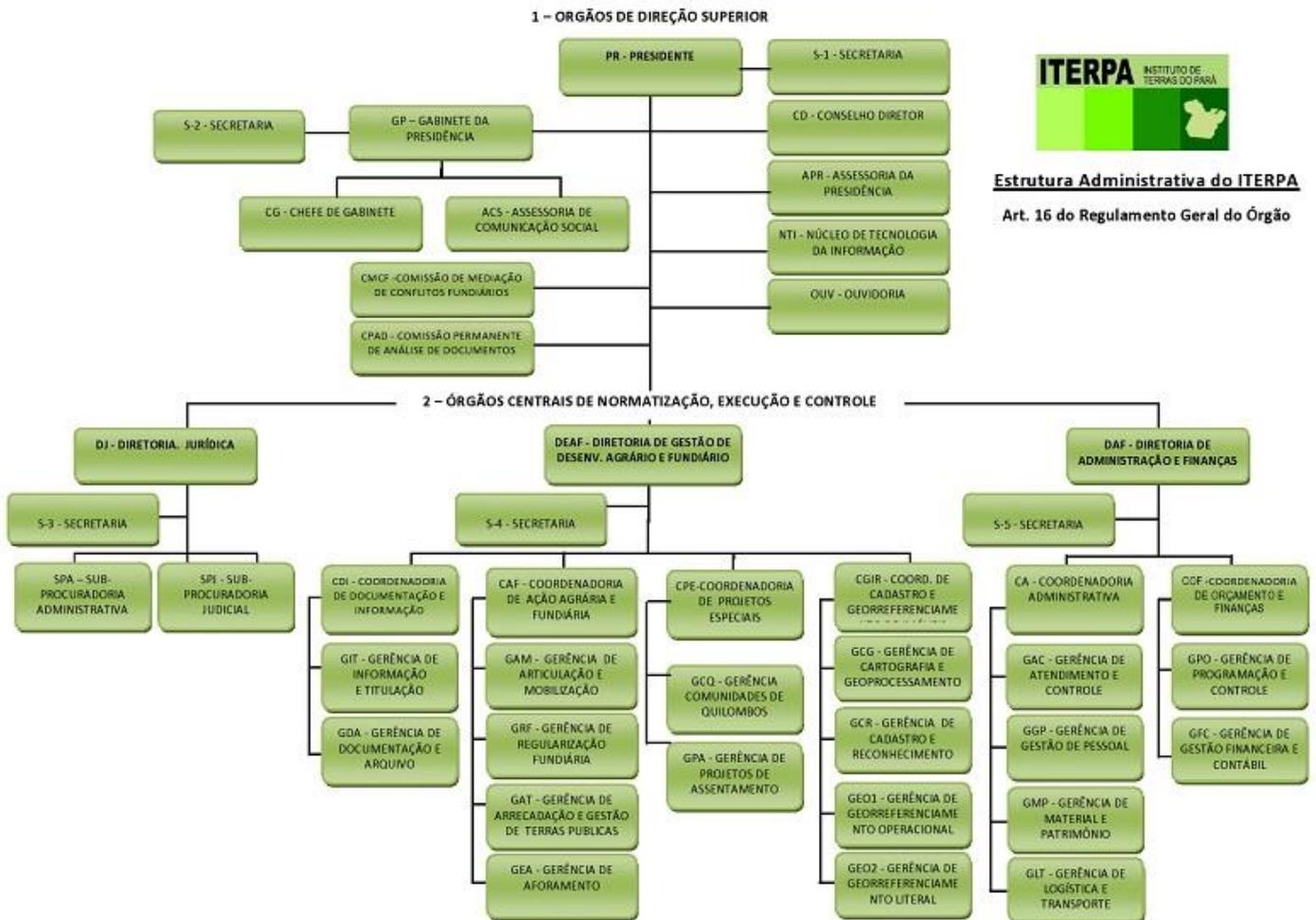
O Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, aprova o novo Regulamento Geral do ITERPA, considerando a necessidade de adequar a estrutura do Órgão aos procedimentos técnicos indispensáveis à implantação, execução e manutenção do Cadastro Fundiário Georreferenciado, nos moldes da Lei Federal nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, e do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, como referência básica do novo Modelo de Gestão Territorial do Estado.

# ORGANOGRAMA



**Estrutura Administrativa do ITERPA**

Art. 16 do Regulamento Geral do Órgão



## 5. INTRODUÇÃO

A atual política de ordenamento territorial do Governo do Estado do Pará foi elaborada no âmbito do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2020-2023, na qual estabelece objetivos, metas e ações com base nas diretrizes estratégicas: sociedade de direitos, crescimento inteligente, trabalho com responsabilidade, gestão pública eficiente presente; que orientam a implementação da ação governamental.

No PPA as atividades finalísticas do Iterpa estão dispostas no Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, com a ação de regularização fundiária, tendo como objetivo a realização do ordenamento territorial e regularização fundiária no Estado, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária.

Desta forma, a organização interna do Instituto intensifica práticas e aprimora estratégias para execução de sua ação de regularização fundiária, a partir de um modelo integrado de ações e alicerçada aos demais programas, manutenção da gestão e governança pública.

Neste sentido, este Relatório de Gestão, referente ao ano de 2020, apresenta, de forma sucinta, as principais realizações consolidadas nos três programas do PPA que o Iterpa participa, sendo:

1. Meio Ambiente e Ordenamento Territorial;
2. Manutenção da Gestão; e
3. Governança Pública.

## **6. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DE 2020**

### **6.1. PROGRAMA: MEIO AMBIENTE E ORDENAMENTO TERRITORIAL**

**Ação: Regularização Fundiária**

**Produto:** Documento Expedido

- Emissão de **843 Documentos de terra**, sendo 360 títulos definitivos individuais, 03 títulos definitivos para comunidades quilombolas, 03 títulos de légua patrimonial, 351 concessões de direito real de uso, 111 certidões de terras, 11 termos de permuta e 04 termos de resgate de aforamento, beneficiando agricultores de todas as Regiões de Integração, conforme demonstrado no Quadro 01.

**Quadro 1: Documentos de terra expedidos por município, 2020**

<b>REGIÃO DE INTEGRAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>QUANTIDADE (Nº)</b>
Araguaia	Conceição do Araguaia	1
	Cumaru do Norte	2
	Redenção	2
	Santa Maria das Barreiras	2
	Santana do Araguaia	7
	São Félix do Xingu	150,
	Xinguara	14
Baixo Amazonas	Almeirim	8
	Prainha	5
	Santarém	7
Carajás	Bom Jesus do Tocantins	1
	Canaã dos Carajás	1
	Eldorado dos Carajás	15
	Marabá	14
	Parauapebas	5
	São Geraldo do Araguaia	6
Guajará	Ananindeua	5
	Belém	3
	Benevides	4
	Marituba	2
	Santa Bárbara do Pará	1
Guamá	Castanhal	5
	Curuçá	2
	Igarapé Açu	2
	Inhangapi	2
	Magalhães Barata	1
	Marapanim	4
	Santa Izabel do Pará	2
	Santa Maria do Pará	54
	Santo Antônio do Tauá	2
	São Francisco do Pará	2
	São Miguel do Guamá	3
	Vigia	1
Marajó	Bagre	1
	Portel	3
Tucuruí	Breu Branco	2
	Goianésia do Pará	2
Caeté	Bonito	2

	Cachoeira do Piriá	1
	Capanema	1
	Primavera	1
	Santa Luzia do Pará	1
	São João de Pirabas	3
	Salinópolis	2
	Tracuateua	22
	Viseu	2
Capim	Bujaru	7
	Dom Eliseu	4
	Ipixuna do Pará	348
	Paragominas	15
	Rondon do Pará	6
	Tomé Açu	10
	Ulianópolis	6
Tapajós	Aveiro	4
Tocantins	Abaetetuba	4
	Acará	4
	Barcarena	4
	Igarapé Miri	12
	Mocajuba	1
	Moju	20
	Tailândia	19
Xingu	Porto de Moz	1
<b>TOTAL</b>		<b>843</b>

**Atividade:** Arrecadação e matrícula de terras devolutas sob jurisdição estadual

Esta ação tem como objetivo extremar as áreas devolutas das particulares, incorporando-as ao patrimônio fundiário do Estado, facilitando, desse modo, as ações destinadas à titulação individual e coletiva de pequenos, médios e grandes produtores rurais, novos projetos de assentamentos e comunidades quilombolas existentes nos diversos municípios paraenses.

**RESULTADO:**

- Total de terras arrecadadas e matriculadas foi de **925.090.965,4557 hectares** ao patrimônio do Estado.

**Quadro 02: Arrecadação e matrícula de terras devolutas, 2020**

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIO	NOME DA ÁREA	ÁREA (Ha)
Araguaia	Cumarú do Norte	Gleba Altamira VI – Parte II	186.406,1438
		Gleba Fazenda Princesinha	477,6220
Baixo Amazonas	Prainha	Gleba Paru II - Parte III	75.762,8649
Caetés	Viseu	Gleba Fazenda Barreto	608,8697
	Bragança	Gleba Fazenda 2 FM	155,6803
		Gleba do Castanho	9.675.9860
		Gleba Montenegro	22.582.9149
	Tracuateua	Gleba Caeté-Taperaçu	6.053.0501
Tracuateua	Gleba Tracuateua III	13.774.6054	
Carajás	Marabá	Gleba Rio Vermelho	5.576,1716
Capim	Ipixuna do Pará	Gleba Fazenda Ana Paula	1.372,1534
		Gleba Fazenda Teolinda I	1.332,4067
		Gleba Candiru-Miri	5.707,6576
	Paragominas	Gleba Fazenda Serra Mineira	286,3446
	Ulianópolis	Gleba Vila Gurupizinho	3,6422
Ulianópolis	Gleba Cauaxi II - Retificação	39.066.4431	
Guajará	Santa Bárbara do Pará	Gleba Igarapé Paricá-Açú	0,7142
	Ananindeua	Gleba Águas Lindas	11,1407
	Marituba	Gleba Rio Mocajatuba	1.327.3149
Guamá	Magalhães Barata	Gleba Cuinarana	1.494,9521
	Marapanim	Gleba Marapanim - Parte E	505,3284
		Gleba Camará	995,4945
		Gleba Atraticum	856,3049
Lago de Tucuruí	Goianésia do Pará	Gleba Bilbao	424,6091
Tocantins	Barcarena	Gleba Fazenda Conceição	834,3987
		Gleba Fazenda Terra Nova	7,0863
		Gleba Arauaia	5.001,87
TOTAL			<b>925.090.965,4557</b>

Fonte: DEAF/CPAT – Comissão Permanente de Arrecadação de Terras Públicas

**ATIVIDADE:** Regularização de lotes rurais individuais

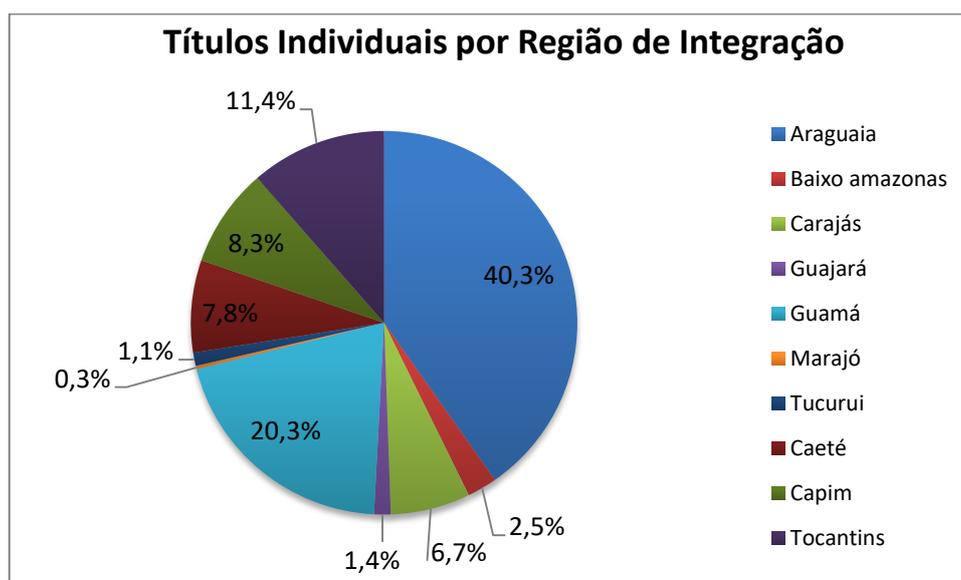
Titulação de pequenos e médias propriedades rurais através da emissão de títulos individual, havendo duas modalidades de processo, não onerosos (até 100 ha para agricultura familiar) e onerosos (acima de 100 ha).

**RESULTADO:**

- Emissão de **360 Títulos Definitivos**, beneficiando agricultores de 10 Regiões de Integração, conforme demonstrado no Quadro 03.

**Quadro 3: Títulos individuais expedidos por Região de Integração, 2020**

Região de Integração	Absoluto	%
Araguaia	145	40,3%
Baixo amazonas	9	2,5%
Carajás	24	6,7%
Guajará	5	1,4%
Guamá	73	20,3%
Marajó	1	0,3%
Tucuruí	4	1,1%
Caeté	28	7,8%
Capim	30	8,3%
Tocantins	41	11,4%
<b>Total</b>	<b>360</b>	<b>100,0%</b>



**Quadro 4: Títulos individuais expedidos por Município**

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (Nº)
Araguaia	Conceição do Araguaia	1
	Santa Maria das Barreiras	1
	São Félix do Xingu	143
Baixo Amazonas	Almeirim	8
	Prainha	1

Carajás	Eldorado dos Carajás	11
	Marabá	7
	Parauapebas	1
	São Geraldo do Araguaia	5
Guajará	Ananindeua	2
	Benevides	3
Guamá	Castanhal	4
	Curuçá	2
	Igarapé Açu	2
	Inhangapi	2
	Marapanim	1
	Santa Izabel do Pará	1
	Santa Maria do Pará	54
	Santo Antônio do Tauá	2
	São Francisco do Pará	2
	São Miguel do Guamá	2
	Vigia	1
Marajó	Portel	1
Tucuruí	Breu Branco	2
	Goianésia do Pará	2
Caeté	Capanema	1
	Primavera	1
	Santa Luzia do Pará	1
	São João de Pirabas	2
	Tracuateua	22
	Viseu	1
Capim	Bujaru	7
	Dom Eliseu	3
	Ipixuna do Pará	2
	Paragominas	10
	Rondon do Pará	6
	Ulianópolis	2
Tocantins	Abaetetuba	3
	Barcarena	3
	Igarapé Miri	12
	Moju	16
	Tailândia	7
<b>TOTAL</b>		<b>360</b>

**ATIVIDADE:** Regularização Fundiária em Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis.

Visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

**RESULTADO:**

- *Foram emitidas 351 concessões de direito real de uso para 06 Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis e 02 Projetos Estaduais Agroextrativistas, beneficiando 434 famílias, conforme Quadro 5:*

**Quadro 5: Concessão de Direito Real de Uso para Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis – PEAS e PEAEX**

Região	Município	Denominação	Quantidade	Famílias
Carajás	Eldorado dos Carajás	<i>PEAS Lourival Santana</i>	4	4
	Bom Jesus do Tocantins	<i>PEAS Bacabal Grande</i>	1	1
Capim	Ipixuna do Pará	<i>PEAEX Jauaroca</i>	1	41
		<i>PEAS Renascer</i>	52	52
		<i>PEAS Nova Esperança</i>	63	63
		<i>PEAS BOM JESUS</i>	154	154
	Bom Jesus do Rio Capim	73	73	
	Tomé Açu	<i>PEAS União</i>	1	1
Tocantins	Moju	<i>PEAEX Pe. Sergio Torretto</i>	1	44
	Tailândia	<i>PEAS Pindorama</i>	1	1
<b>TOTAL</b>			<b>351</b>	<b>434</b>

Fonte: DEAF/GPA - Gerência de Projetos de Assentamentos

**ATIVIDADE:** Regularização de Comunidades Remanescentes de Quilombos

Visa promover a titulação de pequenas propriedades de comunidades tradicionais que se identificam como remanescentes de quilombo, através da emissão de títulos coletivos.

**RESULTADO:**

- Emissão de 03 Título Coletivo para Comunidades Remanescentes de Quilombo, sendo 01 para Associação de Remanescentes de Comunidade Quilombola Tatituquara, São Sebastião, Ajará e Boa Esperança do município de Bagre, beneficiando 41 famílias; 01 para Associação Nossa Senhora de Fatima do Crauateua no município de São Miguel do Guamá, beneficiando 42 famílias; e 01 para Associação União São João no município de Prainha, beneficiando 19 famílias, conforme quadro a seguir:

**Quadro 6: Número de Títulos Quilombolas por Região e Município**

<b>Região</b>	<b>Município</b>	<b>Denominação</b>	<b>Famílias</b>
Marajó	<i>Bagre</i>	<i>Tatituquara, São Sebastião, Ajará e Boa Esperança</i>	<i>41</i>
Guamá	<i>São Miguel do Guamá</i>	<i>Nossa Senhora de Fátima do Crauateua</i>	<i>42</i>
Baixo Amazonas	<i>Prainha</i>	<i>União São João</i>	<i>19</i>
<b>Total</b>			<i>102</i>

**ATIVIDADE:** Regularização de Áreas Patrimoniais**RESULTADO:**

- Emissão de 02 títulos coletivos de áreas de légua patrimonial, para Prefeitura Municipal de Ulianópolis, sendo um da Vila “Arco-íris” com área de 21,7533 ha e “Gurupzinho” com área de 3,6422 há; Emissão de 01 título coletivo de légua patrimonial para área de expansão de Marituba com área de 1.327,3149 ha

### Quadro 7: Títulos de áreas patrimoniais

Região de Integração	Município	Nome	Área (ha)
Rio Capim	Ulianópolis	Arco-íris	21,7533
		Gurupizinho	3,6422
Guajará	Marituba	Área de expansão	1.327,3149

### ATIVIDADE: Resgate de aforamento

Esta ação objetiva consolidar o domínio pleno em favor dos atuais foreiros, em cumprimento aos termos do Código Civil de 1916 em seu Título III, capítulo II, artigos 678 a 694, por determinação no disposto no art.2.038 do Livro Complementar das Disposições Finais e Transitórias do Código Civil de 2002, mediante o qual determina a proibição de enfiteuses e subenfiteuses, subordinando-se as existentes, até sua extinção, às disposições do Código Civil anterior; no Decreto Estadual nº 73, de 06 de abril de 2011, que autoriza o dirigente desta Autarquia a promover e adotar todos os atos e providências à efetivação dos resgates administrativos; no Decreto Estadual nº 1.805, de 21 de julho de 2009, que define procedimentos para o resgate de enfiteuses, e, na Instrução Normativa nº 05, de 15 de setembro de 2010, que fixa o procedimento legal para o resgate administrativo dos Títulos de Aforamento.

### Quadro 8: Número de Resgate de Aforamento por Região e Município

Região	Município	Quantidade	Área
Carajás	Marabá	3	8.936,3879
	São Geraldo do Araguaia	1	605,9879
<b>TOTAL</b>		<b>4</b>	<b>9.542,3758</b>

**ATIVIDADE:** Termos de Permuta

Como forma de proceder a regularização fundiária do Projeto Trairão, o ITERPA vem realizando a permuta de áreas localizadas nos municípios de Santarém (Gleba Nova Olinda e Mamuru), Prainha (Gleba Guajará e Gleba Maracu) e Aveiro (Gleba Mamuru) com a celebração de contratos de compensação financeira.

**Quadro 9: Número de Termos de Permuta por Região e Município**

Região	Município	Quantidade
Baixo Amazonas	<i>Prainha</i>	3
	<i>Santarém</i>	3
Tapajós	<i>Aveiro</i>	4
Capim	<i>Ipixuna do Pará</i>	1
<b>TOTAL</b>		<b>11</b>

**ATIVIDADE:** Emissão de Certidões de Autenticidade e Localização

Objetiva certificar a autenticidade e localização de títulos de terras expedidos pelo Estado, a partir do georreferenciamento da área ocupada.

**RESULTADO:**

- Foi realizada a certificação de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas com a **emissão de 111 certidões**, legitimando títulos expedidos e áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores, garantindo a execução segura dos empreendimentos produtivos de manejo florestal ou atividades agrícolas e pecuárias.

**Quadro 10: Emissão de Certidões de Autenticidade e Localização**

<b>REGIÃO DE INTEGRAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Baixo Amazonas	Santarém	3
Caeté	Bonito	7
	Cachoeira do Piriá	
	São João de Pirabas	
	Viseu	
Capim	Dom Eliseu	20
	Ipixuna do Pará	
	Paragominas	
	Tomé Açu	
Carajás	Canaã dos Carajás	9
	Marabá	
	Parauapebas	
Guajará	Ananindeua	9
	Belém	
	Marituba	
	Santa Bárbara do Pará	
Guamá	Castanhal	6
	Marapanim	
	Magalhães Barata	
	Santa Isabel do Pará	
Marajó	Portel	2
Rio Araguaia	Cumaru do Norte	33
	Redenção	
	São Félix do Xingu	
	Santana do Araguaia	
	Santa Maria das Barreiras	
	Xinguara	
Tocantins	Acará	21
	Abaetetuba	
	Barcarena	
	Moju	
	Tailândia	
Xingu	Porto de Moz	1
<b>TOTAL</b>		<b>111</b>

Fonte: DEAF/CDI – Coordenadoria de Documentação e Informação

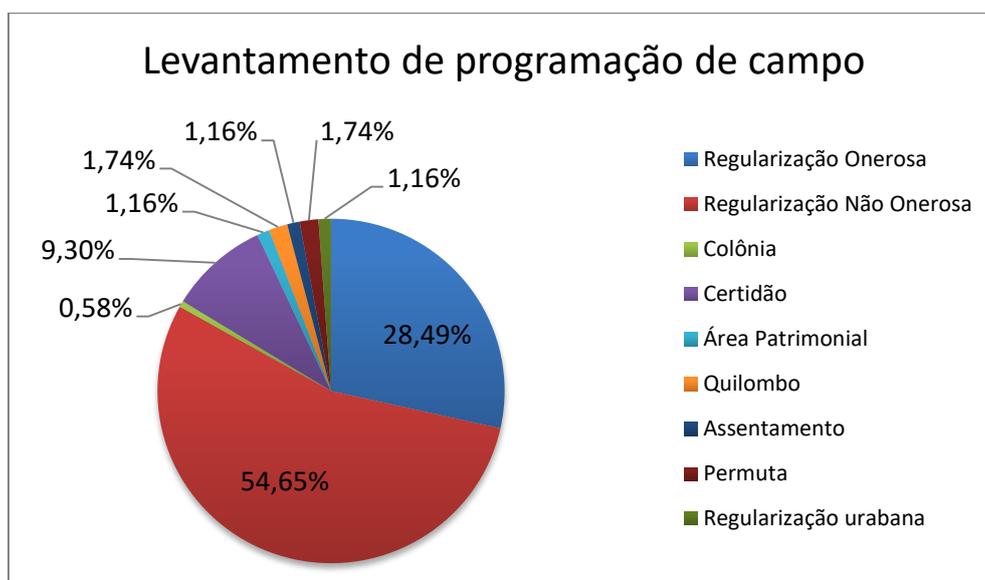
## Atividades Intermediárias

A Coordenadoria de Ação Fundiária – CAF é o setor da DEAF responsável por planejar, coordenar, supervisionar e controlar a execução das ações de campo para regularização fundiária na modalidade onerosa e não onerosa, bem como demandas judiciais.

Durante o ano de 2020, foram feitas as seguintes ações de campo:

### Quadro 11: Levantamento de programação de campo

Ação	Quantidade	%
Regularização Onerosa	49	28,49
Regularização Não Onerosa	94	54,65
Colônia	1	0,58
Certidão	16	9,30
Área Patrimonial	2	1,16
Quilombo	3	1,74
Assentamento	2	1,16
Permuta	3	1,74
Regularização urabana	2	1,16
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>100</b>



**Quadro 12: Ações de campo realizadas em 2020**

<b>Região de integração</b>	<b>Município</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>Quantidade</b>
Araguaia	São Félix do Xingu	Vistoria e execução de geo	01
		Vistoria, execução e fiscalização de geo	52
		Vistoria e fiscalização do geo	18
		Posicionamento da Colônia Linhares de Paiva	01
	Conceição do Araguaia Redenção	Levantamento e georreferenciamento da linha divisória dos municípios de Redenção e Conceição do araguaia, fazer o georreferenciamento da vila Espirito Santo	02
Baixo Amazonas	Almeirim	Vistoria/Execução/ Fiscalização Do Geo/ Certidão De Localização – Carta De Sesmaria	01
	Juruti	Vistoria e fiscalização do geo	04
	Óbidos	Vistoria e fiscalização do geo	02
	Prainha	Vistoria e fiscalização do geo	02
	Santarém / Prainha e Monte Alegre	Vistoria/execução/fiscalização do geo	05
Guajará	Ananindeua	Cadastro das famílias localizadas nos bairros de guanabara e jaderlândia e georreferenciamento dos lotes urbanos	01
		Vistoria e fiscalização do geo	01
	Benevides	Vistoria e fiscalização do geo	01
		Vistoria/execução/fiscalização do geo	
	Marituba	Conferência légua patrimonial do município vistoria e fiscalização do geo	01
Santa Bárbara do Pará	Vistoria e fiscalização do geo	01	
Guamá	Castanhal	Execução de georreferenciamento	01
		Vistoria/execução/fiscalização do geo	01
		Vistoria e fiscalização do geo	02
	Castanhal e Inhangapi	Vistoria	02
		Georreferenciamento de lotes na Colônia Inhangapi	01
	Colares	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Inhangapi	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Igarapé Açú	Precursora nas Glebas São Luís e Bom Jesus	01
		Atualização cadastral em lotes	01
		Vistoria e fiscalização do geo	01
	Maracanã	Vistoria e fiscalização do geo	01
	São Francisco do Pará	Vistoria e fiscalização do geo	01
	São Miguel do Guamá	Vistoria e fiscalização do geo	01
Santo Antonio do Tauá	Vistoria e fiscalização do geo	05	
Lago Tucuruí	Breu Branco	Vistoria e fiscalização do geo	04
Marajó	Cachoeira do Arari	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Portel	Vistoria e fiscalização do geo	01

Caetés	Bragança	Vistoria e fiscalização do geo	03
	Capanema	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Nova Timboteua	Vistoria e fiscalização do geo	01
	São Miguel do Guamá	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Salinópolis	Levantamento do perímetro	
Situação de denúncia extração de piçarra			01
Capim	Aurora do Pará	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Dom Eliseu	Vistoria e fiscalização do geo	01
	IPIXUNA DO PARÁ	Vistoria e fiscalização do geo	04
		Vistoria, fiscalização do geo e levantamento de pontos de controle	01
	Ourém/Capitão Poço	Identificação de comunidades, informação de jurisdição e disponibilidade	01
	Paragominas	Vistoria e fiscalização do geo	02
	Rondon do Pará	Vistoria e fiscalização do geo	01
	São Domingos do Capim	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Tomé Açu	Vistoria e fiscalização do geo	02
	Ulianópolis	Vistoria e fiscalização do geo	02
Tocantins	Acará	Atualização cadastral de 291 lotes, execução de geo	01
		Vistoria e fiscalização do geo	01
	Baião	Vistoria e fiscalização do geo	02
	Barcarena	Vistoria e fiscalização do geo	01
	Cametá	Vistoria e fiscalização do geo	02
		Identificação das comunidades, levantamento socioambiental, plano econômico, polígono da comunidade	01
	Goianésia do Pará	Certidão/ vistoria e fiscalização do geo	01
		Vistoria e fiscalização do geo	06
	Moju	LEVANTAMENTO GEORREFERENCIADO DO PERÍMETRO URBANO DAS	01
		Levantamento e preenchimento de ficha cadastral dos moradores de 56 lotes dentro do perímetro da comunidade nova vida (SOCOCO)	01
		Vistoria e fiscalização do geo	10
Tailândia	Vistoria e fiscalização do geo	13	
Xingu	Medicilândia	Vistoria e fiscalização do geo	03
<b>TOTAL</b>			<b>186</b>

Fonte: DEAF/CAF-Coordenadoria de Ação Agrária e Fundiária

## **6.2. PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO**

### **AÇÃO 1: Abastecimento de Unidades Móveis**

**PRODUTO:** *Unidade abastecida*

Abastecimento de 20 unidades no exercício.

### **AÇÃO 2: Operacionalização das Ações Administrativas**

**PRODUTO:** *Contratos mantidos*

Constou de despesas com manutenção predial; vigilância; limpeza e conservação; utilidade pública; material de consumo; aluguel de veículos; serviços prestados por pessoa jurídica, dentre outros, sendo 48 os contratos mantidos

### **AÇÃO 3: Operacionalização das Ações de Recursos Humanos**

**PRODUTO:** *Servidor remunerado*

Remuneração para os servidores do Iterpa, conforme quadro abaixo:

#### **Quadro 13: Servidores do Iterpa no mês de dezembro/2020:**

<b>Tipo de Servidor</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Temporários	87	27,44
Amparados pela Constituição	97	30,60
Concursados	55	17,35
Comissionados	44	13,88
Estagiários	34	10,73
<b>Total</b>	<b>317</b>	<b>100,00</b>

#### **AÇÃO 4: Concessão de Auxílio Alimentação**

**PRODUTO:** *Servidor beneficiado*

Pagamento de auxílio alimentação para 194 servidores do Iterpa.

#### **AÇÃO 5: Concessão de Auxílio Transporte**

**PRODUTO:** *Servidor beneficiado*

Pagamento de auxílio transporte para 153 servidores do Iterpa.

### **6.3. PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA**

#### **AÇÃO 1: Capacitação de Agentes Públicos**

**PRODUTO:** *Agente público capacitado*

05 servidores capacitados, sendo 01 agente capacitado no curso de Gestão de departamento jurídico, em São Paulo e 03 agentes capacitados no curso de Atualização da lei de pregão, em Belém, e 01 agente capacitado no curso de direito do agronegócio, em São Paulo.

#### **AÇÃO 2: Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais**

**PRODUTO:** *Obra realizada*

02 serviços de conservação realizados no prédio do Iterpa: reparo de um muro da sede, e serviço de ampliação da rede elétrica e lógica do prédio do Iterpa.

#### **AÇÃO 3: Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação**

**PRODUTO:** *Serviços realizados*

Constou de pagamento de 02 contratos de serviços de gestão da tecnologia da informação e comunicação.

#### **Ação 4: Edição e Publicação de Atos da Administração Pública – ITERPA**

**PRODUTO:** Ato publicado

Foram publicados 186 atos da Administração Pública.

#### **7. SISTEMA DE CADASTRO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARÁ - SICARF**

O SICARF- Sistema de Cadastro e Regularização Fundiária do Pará, tem o objetivo de agilizar os procedimentos de regularização fundiária no Estado. O novo sistema substituirá a atual metodologia utilizada pelo ITERPA, sobretudo no que se refere ao cadastramento de dados dos ocupantes de terras públicas estaduais para agilizar o processo de regularização fundiária.

A versão final do modulo de Banco de Dados do Sistema foi implantado nos equipamentos/servidores do ITERPA e realizada a apresentação e treinamentos dos técnicos do órgão visando a operacionalização e utilização pelos usuários em geral. A próxima fase em implantação consta da elaboração dos módulos análise, monitoramento e transparência.

#### **Quadro 14: Processos Cadastros no Sicarf**

<b>Situação dos processos</b>	<b>Absoluto</b>	<b>Percentual</b>
Processos em análise	2994	97,08%
Processos arquivados	50	1,62%
Projetos finalizados	40	1,30%
<b>Total</b>	<b>3084</b>	<b>100,00%</b>

#### **Quadro 15: Tipos de processo no Sicarf**

<b>Tipo de processo</b>	<b>Nº Absoluto</b>	<b>%</b>
Certidão de Título	191	6,19
Informação	239	7,75
Não Oneroso	1857	60,21
Oneroso	785	25,45
PEAEX	2	0,06
PEAS	3	0,10
Permuta	7	0,23
<b>Total Geral</b>	<b>3084</b>	<b>100</b>

**Quadro 16: Processos por município**

Região de integração	Município	Quantidade
Araguaia	Água Azul do Norte	1
	Conceição do Araguaia	11
	Cumaru do Norte	5
	Floresta do Araguaia	1
	Ourilândia do Norte	1
	Pau D'Arco	
	Redenção	1
	Rio Maria	
	Santa Maria das Barreiras	9
	Santana do Araguaia	3
	São Félix do Xingu	440
Baixo Amazonas	Alenquer	27
	Almeirim	112
	Belterra	18
	Juruti	30
	Monte Alegre	45
	Óbidos	7
	Oriximiná	4
	Prainha	93
Santarém	5	
Carajás	Bom Jesus do Tocantins	1
	Eldorado dos Carajás	127
	Marabá	135
	Parauapebas	4
	Piçarra	1
	São Domingos do Araguaia	5
	São Geraldo do Araguaia	5
São João do Araguaia	3	
Guajará	Ananindeua	1
	Belém	1
	Benevides	6
	Santa Barbara	6
Guamá	Castanhal	25
	Colares	6
	Curuçá	19
	Igarapé-Açu	10
	Inhangapi	19
	Magalhães Barata	3
	Maracanã	3
	Marapanim	19
	Santa Isabel do Pará	18
	Santa Maria do Pará	196
	Santo Antônio do Tauá	3
	São Caetano de Odivelas	5
	São Domingos do Capim	2
	São Francisco do Pará	6
	São João da Ponta	3
	São Miguel do Guamá	19
Terra Alta	1	
Vigia	25	

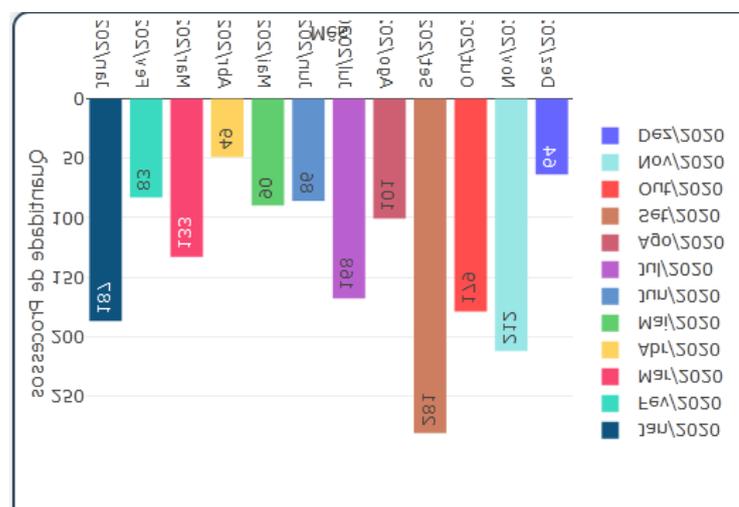
Lago de Tucuruí	Breu Branco	16
	Goianésia do Pará	24
	Itupiranga	24
	Novo Repartimento	3
Marajó	Afuá	1
	Anajás	1
	Bagre	60
	Breves	1
	Cachoeira do Arari	3
	Chaves	1
	Muaná	1
	Portel	76
	Soure	2
Caeté	Augusto Corrêa	3
	Bonito	4
	Bragança	23
	Cachoeira do Piriá	6
	Capanema	167
	Peixe-Boi	3
	Primavera	1
	Salinópolis	19
	Santa Luzia do Pará	10
	Santarém Novo	1
	São João de Pirabas	10
	Tracuateua	7
	Viseu	11
Rio Capim	Abel Figueiredo	1
	Aurora do Pará	2
	Bujaru	36
	Capitão Poço	4
	Concórdia do Pará	1
	Dom Eliseu	9
	Garrafão do Norte	2
	Ipixuna do Pará	24
	Irituia	3
	Mãe do Rio	3
	Ourém	7
	Paragominas	29
	Rondon do Pará	33
	Tomé-Açu	14
Ulianópolis	129	
Tapajós	Aveiro	1
	Itaituba	20
	Jacareacanga	8
	Novo Progresso	5

Tocantins	Rurópolis	5
	Trairão	2
	Abaetetuba	6
	Acará	40
	Baião	40
	Barcarena	82
	Cametá	23
	Igarapé-Miri	50
	Mocajuba	5
	Moju	99
	Oeiras do Pará	2
	Tailândia	83
Xingu	Altamira	24
	Medicilândia	12
	Placas	1
	Porto de Moz	3
	Senador José Porfírio	47
Sem informação		261
<b>TOTAL</b>		<b>3084</b>

### Quadro 17: Cadastros anuais no Sicarf

Cadastros anuais	Absoluto	%
Até 2019	1451	47,08
2020	1633	52,92
Total	3084	100

### Evolução mensal dos cadastros do Sicarf em 2020



## **8. NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

O Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI constitui um setor de serviços auxiliares de apoio administrativo, formado por profissionais ligados à área de tecnologia, desenvolvimento de software e suporte ao usuário. O foco principal do NTI é:

- A efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais, apoiando o Instituto a atender as exigências por agilidade, efetividade e inovação;
- Disponibilizar o ambiente tecnológico adequado para auxiliar os serviços prestados pelo ITERPA por meio de:
  - Serviços manutenção de sistemas;
  - Gestão de Bancos de Dados;
  - Serviço de Suporte e Atendimento ao Usuário;
  - Serviço de Segurança da Informação e Serviço de Rede de Comunicação e demais serviços afins.

### **8.1. Tecnologia, Infraestrutura e Recursos. Humanos**

A equipe de TI conta com um total de 04 (quatro) funcionários temporários, 01 (um) estagiário e 01 (coordenador), assim ocupados:

**Quadro 18: Quadro de pessoal do NTI**

<b>Qtd</b>	<b>Função</b>	<b>Atividade Principal</b>
1	Analista de Redes	Manter a rede de computadores em funcionamento, gerenciar servidores, serviços de redes e segurança da informação. Prestar Suporte aos Usuários, administrar contas de e-mails.
1	Analista de Sistemas	Realização de avaliação dos mecanismos de controle implantados no órgão, determinando se os mesmos são adequados e cumprem com seus determinados objetivos ou estratégias, estabelecendo as mudanças necessárias para a obtenção dos mesmos. Realizar manutenção de sistemas de informação e elaborar consultas sql. - Realizar testes de software - Elaborar relatórios técnicos - Atendimento em central de serviços - Help desk.
2	Técnicos de Helpdek	Suporte e atendimento técnico aos usuários e equipamentos do instituto, conectividade de rede e telefonia.
1	Estagiário em Informática	Apoio as atividades do HELPDESK, pronto atendimento aos usuários.
1	Coordenador	Gestão e coordenação do Núcleo.

## **8.2. Implementação de Infraestrutura de redes**

Do planejamento realizado em 2019 visando 2020, muitas ações de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, ficaram suspensas devido a pandemia do covid-19.

O NTI assumiu um papel imprescindível, foram adquiridas soluções de Firewall, serviço de segurança de rede, aquisição de Antivírus e compras de mais

computadores para os novos colaboradores. Porém novas demandas foram necessárias, como a preparação dos sistemas para teletrabalho, com a implementação de VPN e configurações de níveis de filtros mais fortes para antivírus, tanto das estações quanto dos servidores.

Visando melhor atender as demandas de serviços existentes e possibilitar a disponibilização de novos serviços, ainda foram mantidos os investimentos de infraestrutura física com a Locação mensal de 02 (dois) servidores de processamento, 01 (um) Storage 60 TB e 02 (dois) nobreaks, incluindo serviços de monitoração. Para tanto, a locação da infraestrutura teve como base na necessidade da continuidade de serviços de substituição dos equipamentos atuais de processamento e armazenamento de dados, visando a segurança dos dados e proporcionar agilidade as consultas internas e externas de localização física, o controle de movimentação, acompanhamento dos dados do processo e conseqüentemente viabilizar a auditorias no sistema e na impressão de documentos relativos a regularização de terras.

Com vistas à segurança e preservação dos ativos de TI de sistemas, o NTI manteve a parceria com a Empresa de Processamento de dados do Pará – PRODEPA, um espaço em ambiente seguro e com infraestrutura adequada, objetivando a realização de backup de segurança das informações e sistemas em uso nessa instituição.

### **8.3. Implementação de Infraestrutura de Vigilância e Segurança Digital**

Foram adicionados novos pontos de Infraestrutura de Vigilância e Segurança Digital, com o objetivo sanar as necessidades da Administração de manter a integridade física dos servidores e usuários do ITERPA, bem como a guarda das instalações e dos bens patrimoniais da instituição. Foram adquiridos novos equipamentos de serviços de segurança e vigilância eletrônica com sistema de circuito fechado de TV digital (NVR e câmeras).

### **8.4. Implementação de Infraestrutura de Comunicação**

Buscando a melhoria da infraestrutura desse Instituto, alguns ações foram realizadas no sentido de viabilizar a comunicação de acesso à internet de alta

velocidade pelos usuários internos e externo, com distribuição e melhor configuração dos switches, em paralelo, mantendo o contrato com o fornecedor de link de internet do Estado (PRODEPA) a velocidade do link de acesso para 90 Mbps, sem redundância, que atendem aos serviços atuais.

### **8.5. Incentivo e Participação no Processo de Desenvolvimento Evolutivo no Sistema SICARF**

Objetivando a adequação e atualizações do sistema SICARF, o NTI participou do processo de contratação de manutenção evolutiva de do sistema SICARF, cujo objetivo primordial é a melhoria do processo de cadastramento de dados, viabilizando assim, o processo de regularização fundiária.

### **8.6. Suporte ao Usuário**

Devido aos investimentos em infraestrutura mencionados, necessários para a ampliação dos serviços prestados e para permitir a implantação de novos sistemas e recursos, que contribuirão para o crescimento e fortalecimento das atividades de regularização fundiária.

Foram atendidos cerca de 5.676 chamados, com uma média de 473 chamados por mês. Os chamados foram recebidos via sistema Help Desk, Telefone e E-mail.

Vale ressaltar, que o aumento de chamados ocorridos no período de março até a presente data, deve-se a alguns fatores, tais como:

- Adaptação dos novos colaboradores contratados;
- Configuração e instalação dos novos equipamentos adquiridos (70 estações de trabalho);
- Adequação a rotina de trabalho remoto.

### **8.7. Do planejamento e melhorias da Infraestrutura**

Para atender às necessidades do Data Center do ITERPA, recomendamos:

- Garantia da manutenção de sistemas com evolução funcional e adequação à legislação;

- Rápida detecção e correção de erros de software;
- Identificação e aquisição de soluções de mercado;
- Aquisição de servidores de alta performance para prover a demanda atual e as futuras, em especial, o novo sistema de SICARF, em desenvolvimento;
- Aquisição de e10 switch gerenciáveis de nível 3, 2 switch Fiberchannel para suporte de Data Center e Hacks de 48us, no intuito de melhorar as conexões externas e internas do Instituto;
- Aquisição de 110 (cento e dez) estações de trabalho para substituir as que estão obsoletas;
- Aquisições de Licenças do Pacote Office;
- Aquisições de Licenças de Softwares para os Servidores do Datacenter;
- Ampliação e melhoria da infraestrutura de redes sem fio;
- Ampliação, melhoria e manutenção da infraestrutura da rede cabeada;
- Instalação do Monitoramento de todos os equipamentos que acessam a internet do ITERPA, desta forma trabalhamos de forma proativa realizando atividades de manutenção planejada.
- Aquisição de link redundante de acesso à Internet por fibra óptica e de alto desempenho (preferencialmente link dedicado). Assim, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados por este Instituto.

## **9. OUVIDORIA AGRÁRIA**

Segundo o Decreto nº 063, de 14 de março de 2007, no seu Art. 25, imbuise ao Ouvidor a função de representante dos cidadãos junto ao ITERPA, uma vez que busca assegurar seus direitos e propor soluções para melhorar os serviços do órgão. Desse modo, a Ouvidoria Agrária, em sua atual gestão, busca cumprir de forma satisfatória esse princípio ao determinar respostas para as demandas e sanar os impasses desses usuários.

### **9.1. Materiais e métodos:**

Os principais problemas enfrentados pelo ITERPA, ao longo dos anos, dizem respeito aos seguintes pontos:

- Grilagem de terra/falsificação de documentos;
- Inexistência de um banco de dados adequadamente/totalmente digitalizado;
- Falta de espaço físico adequado para a operacionalização das atividades de escritório;
- Quadro técnico reduzido, o que dificulta bastante o atendimento da demanda requerida tanto pelas atividades de campo como de escritório;
- Necessidade de mais equipamentos (computadores, aparelhos de GPS de precisão e veículos (aumento da frota existente) para o trabalho de campo.
- Interligação entre informações dos setores de forma compartilhada, o que geraria um cadastro mais confiável.
- Mapa que especialize os conflitos atuais e ainda pendentes de solução, bem como legenda para aqueles já resolvidos, sendo, passível de referencial a lista da Ouvidoria, abaixo discriminada.

#### **As principais reclamações de usuários:**

- Conflitos, em consequência de ocupações;
- Demora na tramitação dos processos, bem como os que se encontram muito tempo paralisados;
- Dificuldade de acesso a cópias de documentos e/ou processos;
- Falta de divulgação de informações básicas sobre produtos e serviços (procedimentos) do Órgão;
- Dificuldade dos usuários na utilização do SICARF, que relatam muitas falhas apresentadas pelo referido sistema;

## 9.2. Catalogação de Conflitos Fundiários

- Área Privada (sem possibilidade de acordo)

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/ DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazenda Bom Sucesso/ Comunidade Chico Mendes	2008/241 303	Benevides	Estado/ Particular	50
Fazenda Sopalm/ Acampamento Terra Cabana	2008/418 31	Benevides	Estado/ Particular	220
Fazenda Sol de Maio	2007/219 106	Capitão Poço	Particular	16
Comunidade 1º de Janeiro (Ex-Acampamento Estefânia Rubi)	2013/194 366	Castanhal	Estado/ Particular	120
Fazenda Santa Maria/ Associação Nova Geração/ STTR	2012/614 273	Eldorado dos Carajás	União/ Estado/ Particular (T. Aforamento)	310
Acampamento 13 de Agosto	2015/114 56	Santa Izabel do Pará /Benevides	Particular	70
Comunidade Vitória do Livramento	2013/512 418	Santo Antônio do Tauá	Estado/ Particular	25
Fazenda Faiscão	2015/133 867	Ulianópolis	Estado/ Particular	96
Associação dos agricultores e moradores do jardim Filadélfia	2013/122 883	Marabá	Particular	175

Fazenda Campo de Boi II	2015/442 440	Ipixuna do Pará	Estado/ Particular	250
Fazenda Canaã/ Associação Renascer	2014/540 99	Moju	Estado/ Particular	60

- Processo que Demanda Ação Judicial/Pedido Administrativo de Cancelamento para Destinação

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/ DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazenda Santo Antonio e São Francisco/ Acampamento Olga Benário	2013/238988	Acará	Estado	49
Fazenda São Judas Tadeu /Acampamento Carlos Marighela	2009/199678	Irituia	União/ Estado	78
Fazenda Pioneira/ Cosipar	2014/441853	Marabá	Estado/ Particular (T. Aforamento)	171
Fazenda Landi	2009/328980	São João do Araguaia	Estado/ Particular	100
Fazenda Baronesa/ Acampamento São Sebastião	2009/59666	Goianésia do Pará	União/ Estado	63

- Em Processo de Conciliação

ÁREAS/IMÓVEIS/ COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/ DOMINIALIDA DE	Nº FAMÍLIAS
Acampamento Margarida Alves	2016/457021	Acará	Estado	65
Comunidade Força de Fé (ex-Tauary)	2015/324946	Castanhal	Estado/ Particular	49
Comunidade Nossa União/ Bairro Beata	2017/279410	Porto de Moz	Estado	168
PEAEX Majari	2007/301418 2007/238908	Porto de Moz	Estado	120
Fazenda Maguari/ ASTRAM	2007/378504	Santa Izabel do Pará /Benevides	Particular	70
Fazendas Boa Esperança I, II e III	2012/249421	Tomé-Açu	Estado/ Particular	90

- Diligências Técnicas de Viabilidade

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Comunidade Guarumã	2018/205039 2018/205072	Acará	Particular	50
Comunidade Matinha/ Esperança Viva	2014/42789	Ipixuna do Pará	Estado	79
Fazenda Campo Boi I	2016/166489	Ipixuna do Pará	Particular	180
Comunidade Quilombola Quiandeua	2013/15342	Ipixuana do Pará	Estado/ Particular	46
Fazenda Real Castelo/ Acampamento Deus Proverá	2009/459155	Goianésia do Pará	União/ Estado	63
Com. Maru- Veríssimo	2007/446931 2009/24898 2009/291705	Igarapé- Mirim	Estado	116
Fazenda João Lobo/ Complexo Terra Prometida (Áreas Adjacentes à fazenda Mutamba)	2018/20429	Marabá	União/Estado Particular (T. afrontamento;T DS; Terras devolutas	86
Bom Jardim do mau	2008/62018	Marapanim	Estado/ Particular	45
Comunidade Bom Jesus- Amafrutas	2014/308082	Marituba	Estado/ Particular	657
Fazenda Paricá	2008/399243	São Miguel do Guamá	Estado/ Particular (TDs)	90
Fazenda Bela Vista/ Acampamento Nova Esperança	2016/365472	Ulianópolis	Estado/ Particular	300

- Análise Jurídica/Parecer Normativo

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazenda Borracheira II	2014/295235	Eldorado dos Carajás	Estado/Particular (T. Aforamento)	64

- Em Fase Final de Destinação ou Idenização

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Comunidade Ramal do Bacuri	2010/165289	Abaetetuba	Estado	36
Fazenda Barajuba/ASPACOBIDOS	2008/193654	Acará	Estado	
Comunidade Quilombola Paraíso	2006/31389	Acará	Estado/Particular	29
TEQ – Alto Acará/Amarqualta	2011/200807 2011/200797 2015/134212 2010/40428	Acará	Estado	45
PROA Branquelândia	2006/139263	Baião	Estado	116
TEQ – Com. Umarizal	2000/43824	Baião	Estado/Particular	800
TEQ – Menino Jesus	2004/208421	Acará	Estado/Particular	12
Comunidade Quilombola União São João	2010/191581	Prainha	Estado/Particular	19
Fazenda São Tomás/ Com. Brava Gente	2015/423368	Tailândia	Estado/Particular	111

- Aguardando Transito em Julgado

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazendas Santa Clara I, II e III /Guerreiros do Campo*	2018/171707 e 2018/232610	Marabá	Estado	95
Fazenda Mancha Negra	2009/404766	Tomé-Açu	Estado/ Particular (TD falso)	55
Complexo de Fazendas Nova Vida	2015/227647	Ulianópolis	União/ Estado/ Particular	600
Fazenda JK/ Comunidade Nova Aliança	2013/494364	Ulianópolis	Estado/ Particular (TD)	120

\* A Fazenda Santa Clara, com mediação da Ouvidoria do Iterpa, conciliou na possessória, o que possibilitará a análise da destinação das terras aos agricultores familiares.

- Sem Processo em Tramitação

ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	Nº FAMÍLIAS
Fazenda Nossa Senhora Aparecida	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	81
Fazenda Realeza	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	115
Comunidade Acuti-Pereira		Portel	Estado	350
Fazenda São Luiz/ Acampamento Newton Miranda	S/Proc.	Ulianópolis	Estado/ Particular	150

**TABELA I**  
**CONFLITOS FUNDIÁRIOS**  
**CONFIGURADOS NO ESTADO COM REINVIDICAÇÕES JUNTO AO**  
**ITERPA,**  
**SEGUNDO O N° DE PROCESSO, MUNICÍPIO E**  
**JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE DA ÁREA**

**EM VERMELHO – ÁREA PRIVADA, SEM POSSIBILIDADE DE ACORDO**  
**EM ROSA – PROCESSO QUE DEMANDA AÇÃO JUDICIAL/PEDIDO**  
**ADMINISTRATIVO DE CANCELAMENTO PARA DESTINAÇÃO**  
**EM AMARELO – EM FASE FINAL DE DESTINAÇÃO OU INDENIZAÇÃO**  
**EM AZUL PISCINA – EM PROCESSO DE CONCILIAÇÃO**  
**EM VERDE – DILIGÊNCIAS TÉCNICAS DE VIABILIDADE**  
**EM VERDE MUSGO – AGUARDANDO TRANSITO EM JULGADO**  
**EM ROXO – ANÁLISE JURÍDICA- PARECER/NORMATIVO**  
**EM AZUL PETRÓLEO – SEM PROCESSO EM TRAMITAÇÃO**  
**EM NEGRITO ESTÃO APENSOS**

N	ÁREAS/IMÓVEIS/COMUNIDADES	PROCESSO ITERPA	MUNICÍPIO	JURISDIÇÃO/DOMINIALIDADE	N° FAMÍLIAS
1	Comunidade Ramal do Bacuri	2010/165289	Abaetetuba	Estado	36
2	Fazenda Barajuba/ASPACOBIDOS	2008/193654	Acará	Estado	
3	Comunidade Quilombola Paraízo	2006/31389	Acará	Estado/Particular	29
4	Comunidade Guarumã	2018/205039 2018/205072	Acará	Particular	50
5	Acampamento Margarida Alves	2016/457021	Acará	Estado	65
6	Fazenda Santo Antonio e São Francisco/ Acmpamento Olga Benário	2013/238988	Acará	Estado	49
7	TEQ – Alto Acará/ Amarqualta	2011/200807 2011/200797 2015/134212 2010/40428	Acará	Estado	45
8	TEQ – Menino Jesus	2004/208421	Acará	Estado/Particular	12
9	PROA Branquelândia	2006/139263	Baião	Estado	116

10	TEQ – Com. Umarizal	2000/43824	Baião	Estado/ Particular	800
11	Fazenda Bom Sucesso/ Comunidade Chico Mendes	2008/241303	Benevides	Estado/ Particular	50
12	Fazenda Sopalm/ Acampamento Terra Cabana	2008/41831	Benevides	Estado/ Particular	220
13	Fazenda Sol de Maio	2007/219106	Capitão Poço	Particular	16
14	Comunidade 1º de Janeiro (Ex-Acampamento Estefânia Rubi)	2013/194366	Castanhal	Estado/ Particular	120
15	Comunidade Força de Fé (ex-Tauary)	2015/324946	Castanhal	Estado/ Particular	49
16	Fazenda Borracheira II	2014/295235	Eldorado dos Carajás	Estado/ Particular (T. Aforamento)	64
17	Fazenda Santa Maria/ Associação Nova Geração/ STTR	2012/614273	Eldorado dos Carajás	União/ Estado/ Particular (T. Aforamento)	310
18	Fazenda Baronesa/ Acampamento São Sebastião	2009/59666	Goianésia do Pará	União/ Estado	63
19	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	81
20	Fazenda Real Castelo/ Acampamento Deus Proverá	2009/459155	Goianésia do Pará	União/ Estado	63
21	Fazenda Realeza	N/Id	Goianésia do Pará	União/ Estado	115
22	Com. Maru-Veríssimo	2007/446931 2009/24898 2009/291705	Igarapé-Miri	Estado	116
23	Comunidade Matinha/ Esperança Viva	2014/42789	Ipixuna do Pará	Estado	79
24	Fazenda Campo de Boi I	2016/166489	Ipixuna do Pará	Particular	180
25	Fazenda Campo de Boi II	2015/442440	Ipixuna do Pará	Estado/ Particular	250

26	Comunidade Quilombola Quiandeuá	2013/15342	Ipixuna do Pará	Estado/ Particular	46
27	Fazenda São Judas Tadeu /Acampamento Carlos Marighela	2009/199678	Irituia	União/ Estado	78
28	Fazenda Astúrias/ Comunidade Paixão de Cristo	2005/121921 e outros	Marabá	Estado/ Particular	86
29	Fazenda João Lobo/ Complexo Terra Prometida (Áreas Adjacentes à fazenda Mutamba)	2018/20429	Marabá	União/ Estado/ Particular (T. Aforamento; TDs; Terras devolutas)	86
30	Fazenda Pioneira/ Cosipar	2014/441853	Marabá	Estado/ Particular (T. Aforamento)	171
31	Fazendas Santa Clara I, II e III /Guerreiros do Campo	2018/171707 e 2018/232610	Marabá	Estado	95
32	Bom Jardim do Maú	2008/62018	Marapanim	Estado/ Particular	45
33	Comunidade Bom Jesus - Amafrutas	2014/308082	Marituba	Estado/ Particular	657
34	Fazenda Canaã/ Associação Renascer	2014/54099	Moju	Estado/ Particular	60
35	TEQ – Comunidade Poacê/ Bom Prazer	2009/334519	Moju	Estado/ Particular	67
36	Comunidade Quilombola Passagem	2013/122872	Monte Alegre	Estado/ Particular	124
37	Comunidade Acuti-Pereira		Portel	Estado	350
38	Comunidade Nossa União/ Bairro Beata	2017/279410	Porto de Moz	Estado	168
39	PEAEX Majari	2007/301418 2007/238908 2007/338981	Porto de Moz	Estado	120
40	TEQ – Com. Quilombolas (Maripi, Tauerá, Buiuçu, Taperu, e Turu)	2007/303143	Porto de Moz	Estado	45

41	Comunidade Quilombola União São João	2010/191581	Prainha	Estado/ Particular	19
42	Fazenda Maguari/ ASTRAM	2007/378504	Santa Izabel do Pará /Benevides	Particular	70
	Acampamento 13 de Agosto	2015/11456	Santa Izabel do Pará /Benevides	Particular	70
43	Fazenda Cambará II	2002/58982	Santa Luzia do Pará	União	91
44	Fazenda Cipó-Mato Verde	2016/169386	Santa Maria das Barreiras	União/ Estado	65
45	Acampamento Monte Sião/ Granja América	2013/5095	Santo Antônio do Tauá	Estado/ Particular	15
46	Comunidade Vitória do Livramento	2013/512418	Santo Antônio do Tauá	Estado/ Particular	25
47	Complexo Santa Terezinha	2014/90109	São Felix do Xingu	Estado	360
48	Nova Aliança-Catanheira	2007/412073	São Francisco do Pará	Estado	49
49	Fazenda Landi	2009/328980	São João do Araguaia	Estado/ Particular	100
50	Fazenda Paricá	2008/399243	São Miguel do Guamá	Estado/ Particular (TDs)	90
51	Comunidade Quilombola Canta Galo	2010/110116	São Miguel do Guamá	Estado/ Particular	33
52	PROA Napoleão Santos (ex-Bacajai)	2005/161352	Senador José Porfírio	Estado	150/200
53	Fazenda São Tomás/ Com. Brava Gente	2015/423368	Tailândia	Estado/ Particular	111

54	Fazenda Mancha Negra	2009/404766	Tomé-Açu	Estado/ Particular (TD falso)	55
55	Fazenda São José /Comunidade Bom Sossego	2007/290854	Tomé-Açu	Estado/ Particular	47
56	Fazendas Boa Esperança I, II e III	2012/249421	Tomé-Açu	Estado/ Particular	90
57	Complexo de Fazendas Nova Vida	2015/227647	Ulianópolis	União/ Estado/ Particular	600
58	Fazenda Bela Vista /Acampamento Nova Esperança		Ulianópolis	Estado/ Particular	300
59	Fazenda Faiscão	2015/133867	Ulianópolis	Estado/ Particular	96
60	Fazenda JK/ Comunidade Nova Aliança	2013/494364	Ulianópolis	Estado/ Particular (TD)	120
61	Fazenda São Luiz/ Acampamento Newton Miranda	S/Proc.	Ulianópolis	Estado/ Particular	150
62	Associação dos agricultores e moradores do jardim Filadélfia	2013/122883	Marabá/Pa	Particular	175

### 9.3. Resultados Alcançados

- **Atendimentos**

A Ouvidoria Agrária do ITERPA em 2020 prestou um total de 827 (oitocentos e vinte sete) atendimentos pessoais/individualizados, e coletivos, sendo 80 (oitenta) presenciais, 342 (trezentos e quarenta e dois) por telefone e WhatsApp e 405 (quatrocentos e cinco) por e-mails.

Esses atendimentos, que excluem aqueles em que os usuários são atendidos na Ouvidoria apenas para o recebimento de declarações solicitadas anteriormente, envolveram um total 36 municípios, que foram os seguintes:

Abaetetuba, Acará, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Benevides, Breu Branco, Bujaru, Capitão Poço, Capanema, Castanhal, Dom Eliseu, Gurupá, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Inhangapi, Irituia, Ipixuna do Pará, Marabá, Maracanã, Moju, Mocajuba, Ourém, Paragominas, Portel, Porto de Moz, Peixe Boi, São

Miguel do Guamá, Santa Isabel do Pará, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João do Araguaia, São João de Pirabas, Tailândia, Tomé-Açu e Ulianópolis.

#### Quadro 19: Número de Atendimentos

ATENDIMENTOS	QUANTIDADE	%
Presenciais	80	9,68
Telefone	342	41,39
E-mail	405	49,03
<b>TOTAL</b>	<b>826</b>	<b>100</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária.



- **Expedição de Declarações sobre Tramitação de Processos**

É competência exclusiva da Ouvidoria - em obediência a Portaria N° 0174, de 25 de abril de 2015 – emitir DECLARAÇÃO referente à tramitação de processos que envolvam regularização fundiária onerosa e não onerosa, em curso nesta Autarquia. Nesse sentido, no exercício de 2020 foram expedidas **218** declarações individuais e **02** declarações de comparecimento, conforme solicitação dos indivíduos.

As declarações de tramitação são solicitadas pelos demandantes para a consecução de diversos objetivos: embasar requerimentos de aposentadorias

junto ao INSS; financiamentos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inscrição no programa habitacional do governo federal (Minha Casa Minha Vida), financiamentos bancários, defesas de direitos nas Varas Agrárias, etc.

Além das declarações de tramitação de processos foram expedidas, também, 2 (duas) declarações de comparecimento, que são aquelas solicitadas por usuários que precisam comprovar em suas bases que compareceram ao ITERPA para tratar dos interesses de suas comunidades.

Os municípios atendidos com a entrega das declarações de tramitação de processos compreenderam um total de 62 (sessenta e dois) e foram os seguintes: Abaetetuba, Acará, Almeirim, Altamira, Ananindeua, Anapu, Baião, Belém, Benevides, Bom Jesus do Tocantins, Bragança, Breu Branco, Bujaru, Cametá, Capanema, Castanhal, Cumaru do Norte, Curuçá, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Goianésia do Pará, Igarapé-Açu, Igarapé-Mirim, Inhangapi, Ipixuna, Itaituba, Magalhães Barata, Marabá, Maracanã, Marapanim, Marituba, Melgaço, Moju, Monte Alegre, Oeiras do Pará, Ourém, Parauapebas, Portel, Porto de Moz, Rondon do Pará, Salinópolis, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Félix do Xingu, São Francisco do Pará, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Santarém, São João da Ponta, Tailândia, Tomé-Açu, Tracuateua, Tucuruí, Vigia, Viseu, Xinguara.

#### Quadro 20: Declarações Expedidas

DECLARAÇÕES EXPEDIDAS	QUANTIDADE	%
Declarações de tramitação	218	99,09
Declarações de comparecimento	2	0,91
<b>TOTAL</b>	<b>220</b>	<b>100</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária.



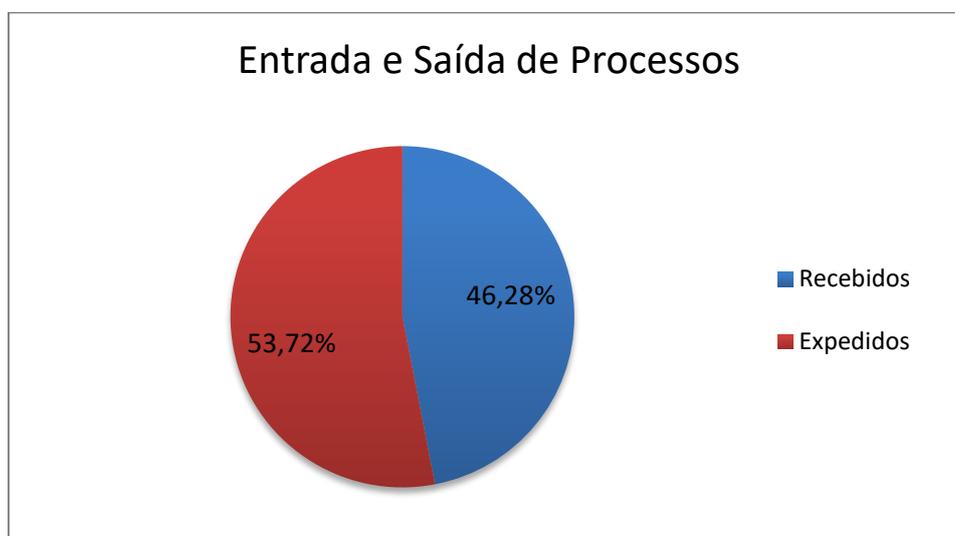
- **Entrada e Saída de Processos**

Foram recebidos na Ouvidoria **379 processos** e **440 expedidos com despachos processos**. O número maior de saídas em relação ao número de entradas, se explica pelo fato de processos que, em 2019, se encontravam na Ouvidoria aguardando alguma providência, voltaram à tramitação normal, sendo encaminhados a outro setor.

**Quadro 21: Entrada e Saída de Processos**

PROCESSOS	QUANTIDADE	%
Recebidos	379	46,28
Expedidos	440	53,72
<b>TOTAL</b>	<b>819</b>	<b>100</b>

Fonte: Ouvidoria Agrária.



- **Participação em Reuniões**

A Ouvidoria do ITERPA, sempre que instada em decorrência de convites e/ou convocações de entidades ou órgãos do governo, participa de eventos ou reuniões de trabalho, quer na capital, quer no interior do Estado.

Assim foi que em 2020 esta Ouvidoria participou das seguintes reuniões:

Como integrante da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), do TJPA a Ouvidoria do ITERPA com reuniões mensais, quando pautados assuntos e/ou processos relativos a conflitos agrários envolvendo diretamente o ITERPA.

Houve, ainda, a participação efetiva desta Ouvidoria em várias reuniões de trabalho realizadas sob o comando do presidente deste Instituto, do Assessor Chefe, do titular da Diretoria Jurídica, e, da diretora do DEAF, objetivando finalizar planejamento de ações, repasses de informações e/ou atendimento de pleitos de interesse dos movimentos sociais, comunidades e/ou usuários individuais.

Além dessas, foram realizadas também outras reuniões com o objetivo de agilizar, informar e tomar providências sobre os tramites de processos relativos à regularização de várias áreas, mediação e/ou solução de conflitos agrários, etc. Essas reuniões envolveram:

1) Lideranças de vários movimentos sociais rurais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – **MST**; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – **FETRAF**; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – **FETAGRI**; Movimento Terra Trabalho e Liberdade – **MTL**; Movimento dos Pequenos Agricultores – **MPA/MSTU**;

2) Lideranças/representantes dos sindicatos e/ou comunidades de trabalhadores rurais ligados, ou não, às entidades acima mencionadas, de municípios paraenses diversos;

3) Prefeitos, deputados e vereadores, geralmente acompanhados de ocupantes de áreas com processos tramitando no ITERPA;

4) Representantes do Ministério Público Estadual (MPE)/Promotorias Agrárias e da Defensoria Pública do Estado do Pará;

5) Grupo de Interesse coletivo chefiado pela APR, o qual foi fundamental na solução dos conflitos.

#### **9.4. Conclusões**

A Ouvidoria do ITERPA compõe a estrutura regimental desta Autarquia e constitui um setor seccional, com submissão hierárquica diretamente à Presidência do Instituto e funciona como um canal direto de comunicação com a clientela externa e corpo funcional. Os entraves e/ou as dificuldades da administração são objeto de análise, a partir de colaboradores internos e externo, pois a busca da aplicação do processo democrático participativo promove a transparência das ações institucionais e afeta os serviços prestados, de acordo com as atribuições legais.

O setor detém atribuição essencial de atuar como um receptor de demandas para as quais deve apresentar, se não a solução definitiva, mas, pelo menos, o encaminhamento adequado, a Ouvidoria do ITERPA, tem procurado funcionar de modo integrado com os demais setores do Instituto.

E para que isso tenha continuidade de modo satisfatório, sem desvio do foco de atuação proposto pela atual administração, é indispensável, como aconteceu no decorrer deste primeiro semestre de 2020, o dispêndio de esforços por parte de todos os setores envolvidos. Tal aspecto busca a emissão de respostas aceitáveis e/ou suficientes aos demandantes, tendo em vista a consecução da prestação de serviços públicos dignos, eficazes e eficientes por parte do ITERPA à sociedade da qual é um importante instrumento.

## **10. ALINHAMENTO DAS REALIZAÇÕES COM AS METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS)**

A atual política agrária do Estado do Pará foi elaborada no âmbito do Plano Plurianual 2020-2023, no qual estabelece objetivos, metas e ações alinhados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

O Iterpa é responsável pela ação de Regularização Fundiária dentro do Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, estando alinhado a dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis, sendo estes: 2. Fome zero e agricultura sustentável e 15. Vida terrestre. Esta ação contribui para o alcance dos objetivos à medida que proporciona a emissão de títulos definitivos para regularização de terras no estado, apresentando avanços relevantes em 2020, com destaque para:

- Regularização de lotes rurais individuais para pequenos e médios produtores assegurando a sustentabilidade ambiental e econômica:

- Emissão de 360 Títulos Definitivos, beneficiando agricultores de 10 Regiões de Integração.

- Regularização Fundiária em Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis que visa promover a titulação de pequenas propriedades e comunidades tradicionais, através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU):

- Foram emitidas 351 concessões de direito real de uso para 06 Projetos Estaduais de Assentamentos Sustentáveis e 02 Projetos Estaduais Agroextrativistas, beneficiando 434 famílias.

- Regularização de Comunidades Remanescentes de Quilombos que visa promover a titulação de áreas de comunidades remanescentes de quilombo através da emissão de títulos definitivos coletivo:

- Emissão de 03 Títulos Coletivos para comunidades remanescentes de quilombo, sendo 01 para município de Bagre, 01 para São Miguel do Guamá e 01 para Prainha.

- Regularização de Áreas Patrimoniais, emissão de títulos coletivos de légua patrimonial dos municípios, visando a regularização de lotes urbanos pela prefeitura municipal

- Emissão de 02 títulos coletivos de áreas de légua patrimonial da prefeitura municipal de Ulianópolis, sendo um da Vila “Arco-Íris” com área de 21,7533 ha e “Gurupzinho” com área de 3,6422 há; Emissão de 01 título coletivo de légua patrimonial para área de expansão de Marituba com área de 1.327,3149 ha

- Resgate de aforamento objetiva consolidar o domínio pleno em favor dos atuais foreiros.

- Emissão de 4 termos de aforamento na região de Integração de Carajás.

- Termos de Permuta visa proceder a regularização fundiária do projeto trairão realizando a permuta de áreas localizadas nos municípios de Santarém, Juruti e Aveiro.

- Emissão de 11 termos de permutas nas regiões de Integração do Baixo Amazonas, Tapajós e Ipixuna do Pará.

- Emissão de Certidões de Autenticidade e Localização objetivando certificar a autenticidade e localização de títulos de terras expedidos pelo Estado, a partir do georreferenciamento da área ocupada:

- Foi realizada a certificação de autenticidade de títulos e re-ratificação de áreas com a emissão de 111 certidões, legitimando títulos expedidos e áreas ocupadas por pequenos, médios e grandes produtores, garantindo a execução segura dos empreendimentos produtivos de manejo florestal ou atividades agrícolas e pecuárias.

A organização interna do Instituto intensifica práticas e aprimora estratégias para execução de sua ação de regularização fundiária, a partir de um modelo integrado de ações unificada e alicerçada aos demais programas,

Manutenção da Gestão e Governança Pública, este último programa está relacionado a dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis: 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Essas ações favorecem para o alcance dos objetivos conforme colaboram para a formação e melhoria na prestação dos serviços públicos, apresentando avanços relevantes em 2020, com destaque para:

- Capacitação de Agentes Públicos:

- 05 servidores capacitados, sendo 01 agente capacitado no curso de Gestão de departamento jurídico, em São Paulo e 03 agentes capacitados no curso de Atualização da lei de pregão, em Belém. - Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais:

- Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais

- 02 serviços de conservação realizados no prédio do Iterpa: reparo de um muro da sede, e ampliação da rede elétrica e lógica do prédio do Iterpa.

- Edição e Publicação de Atos da Administração Pública – ITERPA:

- Foram publicados 186 atos.

- Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

- Constatou-se o pagamento de 02 contratos de serviços de gestão da tecnologia da informação e comunicação.

Estes programas possuem ações transversais que contribuem para o alcance das metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis, conforme demonstrado no quadro abaixo.

PROGRAMA	AÇÃO	PRODUTO	ODS	METAS ODS
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	Regularização Fundiária	Documento Expedido	2. Fome zero e agricultura sustentável.	2.3 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
			15. Vida terrestre.	15.a - Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.
Governança Pública	Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	8. Trabalho decente e crescimento econômico.	8.2 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
			8. Trabalho decente e crescimento econômico.	8.3 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
	Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	16. Paz, justiça e instituições eficazes.	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.
	Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	16. Paz, justiça e instituições eficazes.	16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
				16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	9. Indústria, Inovação e Infraestrutura.	9.a - Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	
		16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes.	16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis 2. Fome zero e agricultura sustentável, compreende o segundo objetivo que é acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, tendo como meta: 2.3. Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola. Os indicadores selecionados para retratar a situação atual e acompanhar os avanços em relação a meta estabelecida ainda estão em fase de análise e construção pelo IBGE.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis 15. Vida terrestre, compreende o décimo quinto objetivo que é proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade, tendo como meta: 15.a. Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas. O indicador selecionado para retratar a situação atual e acompanhar os avanços em relação a meta estabelecida ainda está em fase de análise e construção pelo IBGE.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis 8. Trabalho decente e crescimento econômico, compreende o oitavo objetivo que é promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos, tendo como metas: 8.2. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra; e 8.3. Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.

Os indicadores selecionados para retratar a situação atual e acompanhar os avanços em relação as metas estabelecidas, em relação a meta 8.2, o indicador não possui o recorte por unidade da federação, e em relação a meta 8.3, o indicador ainda está em fase de análise e construção pelo IBGE.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis 16. Paz, justiça e instituições eficazes, compreende o décimo sexto objetivo que é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, tendo como metas: 16.6. Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e 16.10. Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

Os indicadores selecionados para retratar a atual situação e acompanhar os avanços em relação as metas estabelecidas, referente a meta 16.6, o primeiro indicador não possui o recorte por unidade da federação e o segundo indicador ainda está em fase de análise e construção pelo IBGE. Em relação a meta 16.10, o indicador ainda está em fase de análise e construção pelo IBGE, e o segundo indicador não possui o recorte por unidade da federação.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura, compreende o nono objetivo que é construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação, tendo como meta: 9.a. Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. O indicador selecionado para retratar a situação atual e acompanhar os avanços em relação a meta estabelecida ainda não possui dados pelo IBGE.

## 11. AVALIAÇÃO DOS COMPROMISSOS REGIONAIS

O Iterpa é responsável pela emissão de títulos para comunidades remanescentes de quilombo, sendo este um dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado no Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial para ordenar o uso e a ocupação do solo. A meta é emitir 20 títulos coletivos para comunidades quilombolas, sendo 03 para o Baixo Amazonas, 03 para o Guamá, 1 para o Rio Capim e 13 para o Tocantins durante o período de execução do PPA 2020-2023.

No exercício de 2020, foi alcançada 10% da meta estabelecida: 01 título para Comunidade União São João no município de Prainha pertencente a Região do Baixo Amazonas o que corresponde 33,33% da meta para região e beneficiando 19 famílias e 01 para Comunidade Nossa Fátima de Crauateua no município de São Miguel do Guamá na Região do Baixo Amazonas o que corresponde 33,33% da meta regional e beneficiando 42 famílias. Foi emitido 01 título, que não estava previsto na meta do PPA, para Comunidade Tatituquara, *São Sebastião, Ajará e Boa Esperança* no município de Bagre na Região do Marajó, beneficiando 41 famílias.

### Quadro 22: Compromissos regionais

<b>Objetivo:</b> Ordenar o uso e a ocupação do solo				
<b>Meta:</b> Emitir títulos para comunidades remanescentes de quilombo				
Região	Previsto	Realizado	%	Observação
BAIXO AMAZONAS	3	1	33	1. União São João - Prainha. Título emitido
GUAMÁ	3	1	33	Nossa Senhora de Fátima de Crauateua – São Miguel do Guamá
CAPIM	1	0		
TOCANTINS	13	0		
TOTAL	20	2	10	

Os processos de regularização fundiária estão em diferentes fases de execução, sendo que não foi possível realizar trabalhos de campo depois de março, devido à pandemia do corona vírus e as ações de vistoria e implantação dos marcos estão sendo reprogramadas. A situação dos processos em andamento está descrita no quadro abaixo:

**QUADRO 23: COMPROMISSO REGIONAL - PROCESSOS DE ÁREAS DE QUILOMBOS COM SUAS TRAMITAÇÕES NO PERÍODO DE 2020**

Região de Integração	Processo	Município	Comunidade	Área em ha	Famílias Nº	Situação	Setor
Baixo Amazonas	2010/191581 2019/550791	Prainha	União São João	1.709,05	19	Título definitivo coletivo emitido	
	2013/123018	Monte Alegre	PEAFU	1.184,78	49	Os autos já passaram pela cartografia e também houve publicação. Estava programada para esse semestre ação da segunda fase de campo, porém, devido a pandemia, os trabalhos foram suspensos, precisa replanejar uma nova data para a ação de campo.	GCQ
	2013/122872	Monte Alegre	Passagem	1.874, 8811	50	Os autos encontram-se nesta GCQ, foi realizado vistoria na área, e o que foi observado durante os trabalhos de campo, é que apesar de famílias terem tradição favorável a titulação coletiva, uma parte não quiseram aderir a titulação coletiva, isso precisa ser resolvido com uma nova visita	GCQ
Tocantins	2006/31389	Abaetetuba	Ramal do Bacuri	911, 2263	72	Foram realizados todos os trabalhos de campo, inclusive com levantamento de benfeitorias de posses para indenizações que abrange um valor total de R\$ <b>511.642,71</b> , ainda não foi efetuado o pagamento, falta orçamento. <b>Obs.: Ilhas de Abaetetuba, já foi titulado em 05/06/2002</b>	GCQ
	2004/208421	Acará	Jacarequara	649, 1825	18	Foi executado trabalhos de campo, há necessidade de recursos para indenização	GCQ
	2010/40428	Acará	Q. Alto Acará	16.122,50	398	ARMAQUALTA, Foi realizada ação de campo nessa área em março do corrente ano, o processo no momento encontra-se na GCQ para análise dos trabalhos de campo.	GCQ
	2000/43824	Baião	Umarizal	15.389,11	430	Encontra-se na GCQ, para despacho ao GT-Interesse Coletivo, para avaliar medidas judiciais (Imissão na Posse), junto com a PGE, que solicitou informações dos autos.	GCQ
	2013/204679	Cametá	Boa Esperança BR-422	Sem área definida	32	Processo em fase inicial de pedido, porém, faltou a referida associação juntar documentos, foi feito e encaminhado uma notificação, mas, na época a CPE, onde os autos estavam vinculados, não recebeu resposta, razão pela qual o processo foi encaminhado para arquivamento, por falta de interesse da parte autora.	GDA
	2013/598092	Cametá	São Benedito	3.335,71	233	Foi efetuado uma nova visita na área, por uma equipe do ITERPA, para vistoria e definição do polígono, passou pela GCG, retornou À GCQ, e foi feito a publicação. O processo encontra-se aguardando o término do prazo final da publicação, para que seja feito a segunda fase campo.	GCQ

	2009/84646	Cametá	Mupi	70,1219	151	Consta que foram executados as duas fases de campo, porém, a área é de apenas 70, 1219ha, para 151 pessoas. Entende-se ser necessário uma visita técnica novamente nessa área para uma conversa com os associados a respeito da situação. Nota-se em um primeiro momento a inviabilidade da titulação pelo tamanho da área para a quantidade de pessoas existentes.	GCQ
	2003/267782	Cametá	Igarapé Preto	23.949,65	1.500	Essa área de quilombos encontra-se titulada, foi designada uma equipe do ITERPA em 20/07/19, para georreferenciar a área. Aguardando o técnico designado para essa área finalizar os trabalhos analíticos.	GCQ (William)
	2006/137413	Moju	Guajaraúna	1.630,26	46	Encontra-se na GCG, desde 09/06/2020, para realização de pesquisas cartográficas. Foi identificado e avaliado uma propriedade que precisa ser indenizada no valor de R\$ <b>50.566,17</b>	GCQ
	2012/295929	Moju	Juquiri	1.013,21	65	Precisa ser efetuado a segunda fase de campo (georreferenciamento), e verificar a situação de uma área titulada que compromete a integralidade da área quilombola. (por sugestão, antes, deverá ser efetuado uma vistoria para ver em campo essa situação).	GCQ
	2009/334519	Moju	Poacê	1.602,98	66	Foi efetuado as duas fases de campo, porém, o polígono foi dividido em duas partes, devido, dois proprietários não permitirem que a equipe do ITERPA, levantassem as benfeitorias para indenizações. Precisa ser avaliado uma visita novamente na área, caso não seja permitido os trabalhos, deve ser analisado pela diretoria competente medidas cabíveis.	GCQ
	2015/211283	Oeiras	ARQUIA	1.060, 8933	59	Os autos já passaram pela cartografia e também houve publicação. Estava programada para esse semestre ação da segunda fase de campo, porém, devido a pandemia, os trabalhos foram suspensos, precisa replanejar uma nova data para a ação de campo.	GCQ
	2003/318087	Oeiras do Pará	Nova América			Aguardando análises da Gerência de Cartografia, desde 01/04/2019	GCG
Guamá	<b>2007/247407</b>	<b>São Miguel do Guamá</b>	<b>Nossa Senhora de Fátima do Crauateua</b>	<b>746,7239</b>	<b>42</b>	<b>Título definitivo coletivo emitido</b>	
	2011/488967	Inhangapi	Petimandeuá	694,8085	45	O processo encontra-se na GPAC, desde 31/08/2020, com objetivo de analisar documentos de áreas relacionados ao processo requerido por Eduardo Oliveira Salles. Além de duas indenizações de R\$ 15.748,57 e R\$ 17.766,00.	GPAC

	2010/110116	São Miguel do Guamá	Cantagalo	800,4184	74	Uma parte desse polígono encontra-se em área do senhor Celio Gonçalves (Certidão). Estiveram no ITERPA, em 06/11, o vereador do município e a presidente. Opinaram pela desistência dessa parte da área, porém, o MP em audiência neste ITERPA, em fevereiro disse que conversaria com os quilombos a respeito da questão.	GCQ
Rio Capim	2013/15342	Ipixuna do Pará	R. Rio Capim	3.738,65	85	Os autos já passaram pela cartografia e também houve publicação. Estava programada para esse semestre ação da segunda fase de campo, porém, devido a pandemia, os trabalhos foram suspensos, precisa replanejar uma nova data para a ação de campo.	GCQ

## 12. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO, NO ANO DE 2020

A Política Estadual de Regularização Fundiária é composta por três programas: Governança Pública, Manutenção da Gestão e Meio Ambiente e Ordenamento Territorial.

Na análise da execução orçamentária por programa, em 2020, o programa Manutenção da Gestão apresentou maior aporte financeiro e execução orçamentária (53,10%), pois incorpora despesas de recursos humanos e operações administrativas, os quais possuem maior participação.

No programa Governança Pública, a execução orçamentária foi de 42,57% em relação ao programado, cujo dispêndios estão relacionados, sobretudo, com serviços de tecnologia da informação e comunicação, publicação de atos da administração, capacitação de agentes públicos, despesas com ações da covid19.

No programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial, a execução orçamentária foi de 17,96% em relação ao previsto, dos quais estão relacionados as despesas com ações de regularização fundiária, como diárias, serviço de agenciamento de viagens, suprimento de fundo, serviço de desenvolvimento do sistema de cadastro e regularização fundiária - SICARF, georreferenciamento, este último elemento de despesa possui custo elevado, e em razão de processo de licitação será contabilizado somente no próximo exercício, o que justifica, em parte, a baixa execução orçamentária no programa.

### Quadro 24: Execução Orçamentária/Financeira I

Programa	Execução Orçamentária/Financeira			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Governança Pública	R\$2.229.000,00	R\$866.804,50	R\$368.987,80	42,57%
Manutenção da Gestão	R\$21.288.788,00	R\$37.799.873,26	R\$20.070.853,31	53,10%
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	R\$3.159.664,00	R\$31.274.391,67	R\$5.618.362,83	17,96%
<b>Total Geral</b>	<b>R\$26.677.452,00</b>	<b>R\$69.941.069,43</b>	<b>R\$26.058.203,94</b>	<b>37,26%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Consulta: 11/01/2021)

A execução orçamentária em 2020 teve como base as fontes de Recursos: Fundo Petrobras com dotação real de R\$ 30,2 milhões, dos quais R\$ 2 milhões (6,65%) foram liquidados; Recursos Ordinários do Tesouro, com orçamento inicial de R\$ 13,1 milhões, e dotação real de R\$ 14,9 milhões com execução de R\$ 13,3 milhões (89,26%); Recurso Próprio de Alienação de Bens, com programação inicial de R\$ 7,4 milhões, sendo alterado para R\$11,4 milhões, dos quais R\$ 2,9 milhões (25,83%) foram liquidados; Recursos Próprio da Administração Indireta com dotação inicial de R\$ 6 milhões, atualizados após suplementação para R\$13,1 milhões, dos quais R\$ 7,7 milhões (58,69%) foram realizados e, Recursos de convênios com dotação inicial de R\$ 90,3 mil, sendo que não houve nenhuma despesa realizada.

Conforme exposto, a execução orçamentário ficou abaixo do programado, com maior execução, referente a Recurso Ordinário do Tesouro, com execução de 89,26% de dispêndio financeiro, e Receita Própria da Administração Indireta, com percentual de 58,69%. O percentual de execução das demais fontes ficou abaixo de 50%.

#### Quadro 25: Execução Orçamentária/Financeira II

Fonte	Execução Orçamentária/Financeira			Execução (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
CONVÊNIOS-0260	R\$90.364,00	R\$90.364,00	R\$0,00	0,00%
ORDINÁRIO-0101	R\$13.148.943,00	R\$14.954.823,00	R\$13.349.009,47	89,26%
Petrobras/STF/ADPF-0197	R\$0,00	R\$30.246.326,56	R\$2.010.576,41	6,65%
REC. PRÓP. ADM. IND.-0261	R\$6.012.971,00	R\$6.012.971,00	R\$1.754.737,53	29,18%
REC. PROP. ADM. IND.-0661	R\$0,00	R\$7.170.129,73	R\$5.982.601,41	83,44%
RPAB-0223	R\$7.425.174,00	R\$7.433.391,00	R\$152.207,72	2,05%
RPAB-0623	R\$0,00	R\$4.033.064,14	R\$2.809.071,40	69,65%
<b>Total Geral</b>	<b>R\$26.677.452,00</b>	<b>R\$69.941.069,43</b>	<b>R\$26.058.203,94</b>	<b>37,26%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Consulta: 11/01/2021)

## 12.1. Programa: Governança Pública

O programa Governança Pública iniciou o exercício com dotação inicial no valor de R\$ 2,2 milhões, sendo que a dotação real totalizou R\$ 866,8 mil, com 42,57% de execução, somando o montante de R\$ 368,9 mil.

Da Dotação Real, 93,69% foram provenientes de Recursos Próprio da Administração Indireta, enquanto que, 6,31% foi fonte do Recurso Próprio de Alienação de Bens, juntos somaram o montante de R\$ 866,8 mil.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 327 mil (88,77%) correspondem a Outras Despesas Correntes e R\$ 41 mil (11,23%) correspondem a investimentos.

Com relação à execução das ações, destacam-se a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, que foi responsável por 61,16% das despesas do programa, com a realização de R\$ 225,6 mil do recurso liquidado (53,70%), e a ação de Edição e Publicação de Atos da Administração Pública, que teve participação de 17,27% das despesas realizadas, correspondendo a R\$ 63,7 mil executado (39,32%).

### Quadro 26: Execução Orçamentária/Financeira Programa Governança Pública

Ação	Execução Orçamentária/Financeira			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Capacitação de Agentes Públicos	R\$35.000,00	R\$79.800,00	R\$20.462,24	25,64%
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	R\$2.000.000,00	R\$54.677,00	R\$41.423,62	75,76%
COVIDPARÁ - Ações de Planejamento e Administração	R\$0,00	R\$150.000,00	R\$17.700,00	11,80%
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	R\$60.000,00	R\$162.100,00	R\$63.739,34	39,32%
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$134.000,00	R\$420.227,50	R\$225.662,60	53,70%
<b>Total Geral</b>	<b>R\$2.229.000,00</b>	<b>R\$866.804,50</b>	<b>R\$368.987,80</b>	<b>42,57%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 11/01/2021)

## 12.2. Programa: Manutenção da Gestão

O programa Manutenção da Gestão iniciou o exercício com dotação Inicial no valor de R\$ 21,2 milhões, sendo que a dotação real totalizou R\$ 37,7 milhões, com 53,10% de execução, somando o montante de R\$ 20 milhões.

Da dotação real, 35,80% foram provenientes de Recursos Ordinário do Tesouro, enquanto que, 25,28% foi fonte do Recurso Próprio da Administração Indireta, 22,21% Recurso do Fundo Petrobras e 16,71% de Recurso Próprio de Alienação de Bens, juntos somaram o montante de R\$ 37,7 milhões.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 14 milhões (69,83%) correspondem a Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 5,8 milhões (29,21%) representa Outras Despesas Correntes e R\$ 191,2 mil (0,95%) correspondem a investimentos.

Com relação à execução das ações, destacam-se a Operacionalização das Ações de Recursos Humanos, que foi responsável por 71,44% das despesas do programa, com a realização de R\$ 14,3 milhões do recurso liquidado (68,04), e Operacionalização das Ações Administrativas, que teve participação de 19,59% das despesas realizadas, correspondendo a R\$ 3,9 milhões executado (29,70%).

**Quadro 27: Execução Orçamentária/Financeira Programa Manutenção da Gestão**

Ação	Execução Orçamentária/Financeira			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	R\$200.000,00	R\$457.520,00	R\$136.281,67	29,79%
Concessão de Auxílio Alimentação	R\$1.141.000,00	R\$2.630.500,00	R\$1.426.346,66	54,22%
Concessão de Auxílio Transporte	R\$191.500,00	R\$401.161,44	R\$238.725,97	59,51%
Operacionalização das Ações Administrativas	R\$6.127.345,00	R\$13.237.336,48	R\$3.930.956,27	29,70%
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	R\$13.628.943,00	R\$21.073.355,34	R\$14.338.542,74	68,04%
<b>Total Geral</b>	<b>R\$21.288.788,00</b>	<b>R\$37.799.873,26</b>	<b>R\$20.070.853,31</b>	<b>53,10%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 11/01/2021)

### 12.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

O programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial iniciou o exercício com dotação inicial no valor de R\$ 3,1 milhões, sendo que a dotação real totalizou R\$ 31,2 milhões, com 17,96% de execução, somando o montante de R\$ 5,6 milhões.

Da dotação real, 69,87% do recurso foram provenientes do Fundo Petrobras, cujo valor foi incorporado somente no segundo semestre, enquanto que, 16,29% foi fonte do Recurso Próprio de Alienação de Bens, 9% Recurso Próprio da Administração Indireta e 4,55% de Recursos Ordinário do Tesouro, juntos somaram o montante de R\$ 31,2 milhões.

Quanto à execução do programa por grupo de despesa, R\$ 2,8 milhões (51,43%) correspondem a Outras despesas Correntes, e R\$ 2,7 milhões (48,57%) representa os Investimentos.

#### Quadro 28: Execução Orçamentária/Financeira Programa Meio Ambiente e Ordenamento Territorial

Ação	Execução Orçamentária/Financeira			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
Regularização Fundiária	R\$3.159.664,00	R\$31.274.391,67	R\$5.618.362,83	17,96%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 11/01/2021)

## 13. AVALIAÇÃO DAS METAS FÍSICAS DAS AÇÕES EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO, NO ANO DE 2020.

### 13.1. Programa: Governança Pública

No Programa Governança Pública, o Iterpa possui quatro ações estratégicas com o objetivo de prover a governabilidade do poder executivo e aprimorar o desenvolvimento de pessoas, sendo estes: Capacitação de agentes públicos; Construção e conservação de imóveis públicos estaduais; Edição e publicação de atos da administração pública; e Gestão de tecnologia da informação e comunicação.

No que diz respeito a ação de capacitação de agentes públicos, em 2020 (jan-dez), a meta prevista foi de 10 agentes capacitados, porém, 5 agentes participaram de cursos de capacitação, correspondendo 50% da meta prevista.

Na ação construção e conservação de imóveis públicos estaduais, a meta prevista foi de 1 obra realizada, sendo que foi realizado 02 serviços de conservação no prédio do Iterpa, reparo de um muro da sede, e ampliação da rede elétrica e lógica do prédio, o que representou a superação da meta prevista em 100%.

Na ação edição e publicação de atos da administração pública, a meta prevista foi de 264 atos publicados, entretanto, foram publicados 186 atos, equivalente a 70,45% da meta programada.

Com relação a ação gestão de tecnologia da informação e comunicação, a meta prevista foi de 2 serviços, ficando realizados 2 serviços, representando o cumprimento de 100% da meta, sendo os seguintes serviços, licença de uso e hospedagem de website e prestação de serviço da tecnologia da comunicação e informação.

#### **Quadro 29: Execução Meta Física Programa Governança Pública**

Ação	Produto	Un	Execução Física (jan-nov)		Executado (%)
			Meta Prevista	Meta Realizada	
Capacitação de Agentes Públicos	Agente Capacitado	Un	10	5	50,00
Construção e Conservação de Imóveis Públicos Estaduais	Obra Realizada	Un	1	2	200,00
Edição e Publicação de Atos da Administração Pública	Ato Publicado	Un	264	186	70,45
Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Serviço Realizado	Un	2	2	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 13/01/2021)

#### **13.2. Programa: Manutenção da Gestão**

No Programa Manutenção da Gestão, o Iterpa possui cinco ações estratégicas com o objetivo de viabilizar a gestão administrativa do Estado, sendo estes: Abastecimento de unidades móveis do estado; Concessão de auxílio alimentação; Concessão de auxílio transporte; Operacionalização das ações administrativas; e Operacionalização das ações de recursos humanos.

Na ação de abastecimento de unidades móveis do estado, em 2020 (jan-dez), a meta prevista foi de 17 unidades abastecidas, sendo que foram abastecidos 20 unidades, correspondendo a superação da meta em 17,65%, este acréscimo ocorreu devido ao aumento da frota de automóveis para atender as ações de regularização fundiária do programa territórios sustentáveis.

Na ação concessão de auxílio alimentação, a meta prevista foi de 175 servidores beneficiados, sendo que no período foram beneficiados 194 servidores, representando uma superação de 11,10% da meta prevista.

Na ação concessão de auxílio transporte, a meta prevista foi de 124 servidores beneficiados, entretanto, foram 153 servidores que receberam auxílio transporte no período, representando uma superação de 22,98% da meta programada.

Com relação a ação operacionalização das ações administrativas, a meta prevista foi de 30 contratos mantidos, contudo, foram realizados 48 contratos, representando uma superação da meta em 60%.

Na ação operacionalização das ações de recursos humanos, a meta prevista foi de 264 servidores remunerados, porém, foram 276 servidores remunerados no período, ocasionando a superação da meta programa em 4,58%.

### **Quadro 30: Execução Meta Física Programa Manutenção da Gestão**

Ação	Produto	Un	Execução Física		EXECUTADO (%)
			Meta Prevista	Meta Realizada	
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	Un	17	20	117,65
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	Un	175	194	111,10
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	Un	124	153	122,98
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	Un	30	48	160,00
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	Un	264	276	104,58

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 13/01/2021)

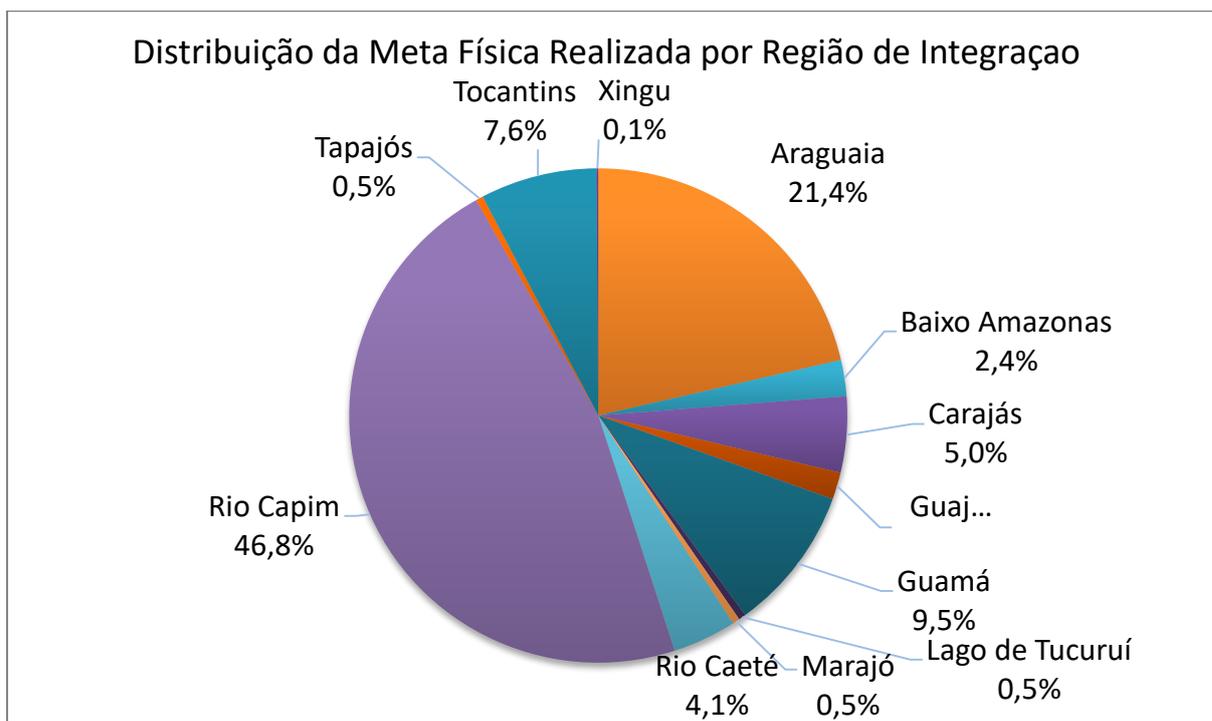
### **13.3. Programa: Meio Ambiente e Ordenamento Territorial**

No programa meio ambiente e ordenamento territorial, o Iterpa é responsável pela ação de regularização fundiária com o objetivo de realizar o ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental, refletindo o conjunto das estratégias para o desenvolvimento da política agrária no estado, tendo como produto a emissão de documentos de propriedades de terra para pequenos e médios produtores rurais.

Considerando os resultados no PPA, em 2020 (jan-dez), a meta programada para as ações de regularização fundiária foi de 1023 documentos expedidos, entretanto, foram emitidos 843 documentos, correspondendo o cumprimento de 82,40% da meta prevista.

Este resultado reflete as ações estratégicas do governo para regularização fundiária de áreas de jurisdição estadual, beneficiando prioritariamente pequenos proprietários rurais e projetos de assentamentos estaduais, visando o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais e municípios contemplados no programa territórios sustentáveis, que apesar de não alcançar a meta prevista em razão do ano atípico, da pandemia do corona vírus, com período de suspensão das atividades nos órgãos públicos que impactou no desempenho final das ações, no entanto, conquistou avanços importantes na política fundiária do estado.

O detalhamento regional apresenta a distribuição da meta física realizada por região de integração. Todas as regiões foram contempladas com ações de regularização fundiária, sendo que 2 das 12 regiões de integração respondem por 72% do quantitativo de documentos expedidos: Rio Capim (47,0%), com destaque para o município de Ipixuna do Pará (348 documentos) e Araguaia (21,1%), com destaque para São Felix do Xingu (150 documentos).



#### **14. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO COMBATE E MITIGAÇÃO DOS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19**

A ação COVIDPARÁ foi incluído no Programa Governança Pública, com o objetivo de realizar ações de combate aos efeitos da pandemia na gestão governamental. A execução orçamentária inicial teve origem de recursos próprio de crédito com redução da Ação Operações das Ações Administrativas, seguindo orientação da SEPLAD, que sinalizou a inexistência de dotação na fonte tesouro p/ atender as necessidades da autarquia no combate a COVID19, desse modo foram adquiridos materiais no mês abril/2020, que importou no valor de R\$ 34.704,00, para aquisição de Luva, álcool em gel e mascaras no valor de R\$22.904,00, e a primeira contratação para serviço de desinfecção no valor de R\$11.800,00. A execução orçamentária após a criação da ação COVIDPARÁ constou de aquisição de vidro liso temperado, outros serviços de limpeza e higienização de áreas, totalizando R\$ 17.700,00.

**Quadro 31: Execução Orçamentária/Financeira da ação COVIDPARÁ**

Elemento de Despesa	Execução Orçamentária/Financeira			Executado (%)
	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	
MATERIAL DE CONSUMO - 339030	R\$0,00	R\$83.040,00	R\$6.300,00	7,59%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA – 339039	R\$0,00	R\$51.380,00	R\$11.400,00	22,19%
SERV.DE TECNO.DA INFOR.E COMUN.-PESS JURIDICA - 339040	R\$0,00	R\$15.580,00	R\$0,00	0,00%
Total	R\$0,00	R\$150.000,00	R\$17.700,00	11,80%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento – SIGPLAN (Data: 11/01/2021)